



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, MAR, AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



Volume 5

Relatório de Diagnóstico e Fundamentação Técnica da Proposta de POEM

Tomo 3 Quadro Estratégico

Outubro 2011



universidade de aveiro
theoria poesis praxis



Índice de Volumes

Volume 1 - ENQUADRAMENTO

Volume 2 - PROPOSTA DE PLANO DE ORDENAMENTO DO ESPAÇO MARÍTIMO

Tomo 1 - Proposta de Espacialização

Tomo 2 - Proposta de Orientações de Gestão

Tomo 3 - Proposta de Programa de Acção

Tomo 4 - Proposta de Programa de Monitorização

Volume 3 - RELATÓRIO AMBIENTAL

Volume 4 - RESUMO NÃO TÉCNICO (AAE)

Volume 5 - RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO E FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA DA
PROPOSTA DE PLANO DE ORDENAMENTO DO ESPAÇO MARÍTIMO

Tomo 1 - Estudos de Caracterização

Tomo 2 - Caracterização Cartográfica

Tomo 3 - Quadro Estratégico

Tomo 4 - Metodologia para Espacialização de Actividades, Utilizações e Funções

Tomo 5 - Implicações da Legislação no Planeamento e Ordenamento do Espaço
Marítimo

Volume Síntese - MEMÓRIA GERAL DA PROPOSTA DE POEM

Índice do Volume

1 - ENQUADRAMENTO	1
1.1 - O processo de Ordenamento do Espaço Marítimo	1
1.2 - A definição do Quadro Estratégico	4
1.3 - Metodologia	5
2 - DIAGNÓSTICOS SECTORIAIS	8
2.1 - Análises SWOT Institucionais	8
2.1.1 - Descrição Geral	8
2.1.2 - Soberania e Defesa Nacional e Segurança Marítima	8

2.1.3 - Zonas Costeiras	10
2.1.4 - Conservação da Natureza e da Biodiversidade.....	11
2.1.5 - Pescas e Aquicultura	12
2.1.6 - Navegação, Transportes Marítimos e Infraestruturas Portuárias	14
2.1.7 - Construção e Reparação Naval de Navios	15
2.1.8 - Turismo Náutico	17
2.1.9 - Desportos Náuticos	19
2.1.10 - Energias das Ondas	20
2.1.11 - Energia Eólica <i>Offshore</i>	23
2.1.12 - Pesquisa e Exploração de Petróleo	25
2.1.13 - Recursos Geológicos/Minerais não Energéticos	26
2.1.14 - Património Cultural Subaquático.....	27
2.1.15 - Ciências e Tecnologias Marinhas.....	30
2.2 - Análises SWOT Temáticas (<i>workshops</i>).....	31
3 - ESTRATÉGIAS/APOSTAS ESTRATÉGICAS SECTORIAIS COM INCIDÊNCIA NO ESPAÇO MARÍTIMO.....	32
3.1 - Descrição Geral.....	32
3.2 - Estratégias/Apostas Estratégicas Institucionais	33
3.2.1 - Zonas Costeiras	33
3.2.2 - Conservação da Natureza e da Biodiversidade.....	34
3.2.3 - Soberania e Defesa Nacional e Segurança Marítima.....	35
3.2.4 - Pescas e Aquicultura	36
3.2.5 - Navegação, Transportes Marítimos e Infraestruturas Portuárias	38
3.2.6 - Construção e Reparação Naval de Navios	40
3.2.7 - Turismo Náutico	41
3.2.8 - Desportos Náuticos	43
3.2.9 - Energia das Ondas	44
3.2.10 - Energia Eólica <i>Offshore</i>	46
3.2.11 - Pesquisa e Exploração de Petróleo	47
3.2.12 - Recursos Geológicos/Minerais não Energéticos	49
3.2.13 - Património Cultural Subaquático.....	50
3.2.14 - Ciências e Tecnologias Marinhas.....	52
3.3 - Estratégias/Apostas Estratégicas Temáticas Complementares	54
3.3.1 - Conservação da Natureza e Biodiversidade Marinhas	54
3.3.2 - Segurança Marítima.....	54
3.3.3 - Pescas e Aquicultura	55
3.3.4 - Transportes Marítimos e Portos	56
3.3.5 - Turismo nas Zonas Costeiras	56
3.3.6 - Desportos Náuticos	57
3.3.7 - Energias Renováveis	57
3.3.8 - Recursos Geológicos	58

3.3.9 - Investigação do Mar.....	58
3.3.10 - Pesca e Aquicultura - Açores.....	59
3.3.11 - Actividades Marítimo Turísticas - Açores.....	60
3.2.12 - Ciências e Tecnologias Marinhas - Açores.....	61
4 - PROPOSTA DE ESTRATÉGIAS/APOSTAS ESTRATÉGICAS PARA O ORDENAMENTO DO ESPAÇO MARÍTIMO	63
4.1 - Descrição Geral.....	63
4.2 - Proposta.....	63
4.2.1 - Estratégias/Apostas Estratégicas de coesão	63
4.2.2 - Estratégias/Apostas Estratégicas de sustentabilidade.....	65
4.2.3 - Estratégias/Apostas Estratégicas de mudança	67
4.2.4 - Estratégias/Apostas Estratégicas de competitividade.....	69
4.3 - Considerações Finais.....	72
5 - VISÃO E MISSÃO	73
6 - LINHAS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA.....	74
7 - PRINCÍPIOS	77
8 - ARTICULAÇÃO COM A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA	80
A.1 - SÍNTESE DOS <i>WORKSHOPS</i> TEMÁTICOS	A.1
A.1.1 - Introdução	A.1
A.1.2 - Metodologia	A.2
A.1.3 - Workshops.....	A.3
A.1.3.1 - <i>Workshop</i> “Transportes Marítimos e Defesa Nacional”	A.3
A.1.3.2 - <i>Workshop</i> “Ambiente e Energia”	A.6
A.1.3.3 - <i>Workshop</i> “Pesca, Turismo e outros Usos das Zonas Costeiras”.....	A.10
A.1.3.4 - <i>Workshop</i> “Pescas e Aquicultura, Actividades Marítimo Turísticas, Ciências e Tecnologias Marinhas” - Açores.....	A.14
A.1.4 - Considerações Finais	A.18

Índice de Quadros

Quadro 6.1. Domínios, Linhas de Orientação e Orientações Estratégicas	75
Quadro 7.1 - Lista de princípios	77
Quadro 7.2. Lista dos Princípios para o Espaço Marítimo, de acordo com a EM.....	79
Quadro A1.1 - <i>Workshops</i> Temáticos.....	A.1

Lista de Acrónimos

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
AWS	<i>Archimedes Wave Swing</i>

BES	Banco Espírito Santo
CBD	<i>Convention on Biological Diversity</i>
CIAM	Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar
DGPA	Direcção Geral das Pescas e Aquicultura
DOE	Domínios Estratégicos
DQA	Directiva Quadro da Água
DQEM	Directiva Quadro “Estratégia Marinha”
EDP	Energias de Portugal
EM	Equipa Multidisciplinar
EMA	Empresa de Meios Aéreos, S. A.
EMAM	Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar
ENM	Estratégia Nacional para o Mar
ENGIZC	Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira
FCD	Factores Críticos para a Decisão
Fe-Mn	Ferromanganés
FCT	Fundação para a Ciência e Tecnologia
FP 7	Sétimo Programa-Quadro
GNR	Guarda Nacional Republicana
Gw	gigawatt
ICES	<i>International Council for the Exploration of the Sea</i>
ICNB	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade
IDP	Instituto do Desporto de Portugal
IPTM	Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos
IUU	<i>Illegal, Unreported and Unregulated</i>
km	quilómetro
kw	quilowatt
LOE	Linhas de Orientação Estratégica
m	metro
MAI	Ministério da Administração Interna
MADRP	Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas
MAOT	Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território
MC	Ministério da Cultura
MCTES	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MEID	Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento
MN	Milha Náutica
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros

MOPTC	Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Mw	megawatt
OE	Orientações Estratégicas
OEM	Ordenamento do Espaço Marítimo
ONG	Organização Não Governamental
OP	Organizações de Produtores
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PCP	Política Comum das Pescas
PCS	Património Cultural Subaquático
PIB	Produto Interno Bruto
PMI	Política Marítima Integrada
POEM	Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo
POOC	Plano de Ordenamento da Orla Costeira
QA	Questões Ambientais
QE	Questões Estratégicas
QRE	Referenciais Estratégicos de Política Ambiental e de Sustentabilidade
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RAM	Região Autónoma da Madeira
RH	Recursos Humanos
SEJD	Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto
SIVICC	Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo
TMCD	Transporte Marítimo de Curta Distância
UE	União Europeia
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
VMS	<i>Virtual Memory System</i>
VTS	<i>Vessel Traffic Service</i>
ZEE	Zona Económica Exclusiva

1 - ENQUADRAMENTO

1.1 - O PROCESSO DE ORDENAMENTO DO ESPAÇO MARÍTIMO

Na Estratégia Nacional para o Mar (ENM), aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 163/2006, de 12 de Dezembro, dada a sua natureza marcadamente horizontal, definem-se um conjunto de oito acções estratégicas que identificam medidas transversais destinadas a criar condições favoráveis para o aproveitamento do mar de forma sustentável. A sua implementação, em articulação com as restantes estratégias nacionais, permitirá contribuir para o objectivo central de definir o mar como um projecto nacional. De entre essas acções estratégicas, destaca-se como uma das principais ferramentas para a promoção das actividades económicas ligadas ao mar, o correcto ordenamento e planeamento espacial do espaço oceânico e das zonas costeiras.

Assim, no âmbito do Plano de Acção da ENM, foi incluído o programa “Planeamento e ordenamento do espaço e actividades marítimas”, que “integra o desenvolvimento de um plano de ordenamento do espaço marítimo, com o objectivo de ordenar os usos e actividades do espaço marítimo, presentes e futuros, em estreita articulação com a gestão da zona costeira, garantindo a utilização sustentável dos recursos, a sua preservação e recuperação, potenciando a utilização eficiente do espaço marinho, no quadro de uma abordagem integrada e intersectorial, e fomentando a importância económica, ambiental e social do mar”¹.

Este plano, como instrumento de planeamento e ordenamento espacial deverá “assegurar uma visão de conjunto assente nos princípios do desenvolvimento sustentável, da precaução e da abordagem ecossistémica”.

O ordenamento do espaço marítimo (OEM) constitui também um instrumento fundamental da política marítima integrada (PMI) para a União Europeia², aprovada a 14 de Dezembro de 2007, destinado a permitir às autoridades públicas e às partes interessadas coordenarem a acção respectiva e a optimizar a utilização do espaço marinho, beneficiando o desenvolvimento económico e o meio marinho.

¹ Despacho n.º 32277/2008 (da Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar), de 18 de Dezembro

² COM(2007) 575

No “Roteiro para o ordenamento do espaço marítimo: definição de princípios comuns na UE”³ são identificados um conjunto de princípios comuns importantes para o OEM na UE, como por exemplo:

- Uma gestão dos espaços marítimos, através do OEM, baseada no tipo de actividades previstas ou em curso e no seu impacto sobre o ambiente.
- Um OEM, se necessário, mais normativo no caso de zonas com uma forte densidade de utilização ou especialmente vulneráveis, ao passo que, nas zonas com uma baixa densidade de utilização, poderão revelar-se suficientes os princípios de gestão geral.
- Um planeamento estratégico incluindo objectivos circunstanciados que permitam a arbitragem em caso de conflito de interesses sectoriais.
- Transparência em relação a toda a documentação e procedimentos relacionados com o OEM.
- Associação ao processo de ordenamento de todas as partes interessadas, incluindo regiões costeiras.
- Um processo de aplicação único ou racionalizado de todos os planos coordenados e transversais, devendo ser tidos em conta os efeitos cumulativos, e podendo justificar-se a criação de um órgão administrativo de coordenação para a aplicação do OEM.
- Um OEM juridicamente vinculativo para ser eficaz.
- Um processo de ordenamento suficientemente flexível para reagir a mudanças e permitir a revisão, em tempo oportuno, dos planos.
- Um ordenamento do espaço terrestre coordenado com o OEM, cooperando e associando as partes interessadas para garantir a coerência.
- Um OEM baseado em informações sólidas e conhecimentos científicos e que evolua com os conhecimentos (gestão adaptativa).

O Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo (POEM), cuja elaboração foi determinada pelo Despacho n.º 32277/2008 (da CIAM - Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar), de 18 de Dezembro, enquanto Plano Sectorial, irá estabelecer:

- a) as opções estratégicas e os objectivos a alcançar no quadro das directrizes nacionais aplicáveis;
- b) as acções de concretização dos objectivos sectoriais estabelecidos;
- c) a expressão territorial da política sectorial definida;

³ COM(2008) 791 final, de 25 de Novembro

- d) a articulação da política sectorial com a disciplina consagrada nos demais instrumentos de gestão territorial aplicáveis.

Tendo presentes estas orientações, a elaboração do POEM foi estruturada da seguinte forma:

- Uma primeira fase de Estudos de Base e Diagnóstico que incluiu:
 - a identificação e disponibilização da informação de base existente;
 - a identificação e análise de outros planos e metodologias internacionais congéneres de forma a identificar bons exemplos adaptáveis a Portugal (*benchmark*);
 - o envolvimento de todas as partes interessadas através de painéis de divulgação públicos e distribuídos regionalmente e de *workshops* temáticos de carácter mais restrito;
 - a caracterização dos recursos marinhos e das actividades que se desenvolvem, ou podem vir a desenvolver, no espaço marítimo, identificando o grau de interdependência com as comunidades locais, os seus impactos no meio marinho e os espaços já consignados;
 - a elaboração de Diagnósticos Sectoriais do espaço marítimo, e a preparação de uma síntese de Diagnóstico do espaço marítimo.
- Uma segunda fase, que corresponde à Proposta preliminar do POEM e que inclui:
 - a avaliação do potencial de cada actividade associada ao espaço marítimo, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável;
 - a definição de um enquadramento estratégico para o POEM;
 - a identificação, avaliação e ponderação dos conflitos entre protecção de recursos e actividades económicas e entre as diversas actividades sectoriais;
 - uma proposta de espacialização, incluindo zonas de protecção e de usos múltiplos, associadas a orientações de gestão que contemplem a integração das medidas de protecção dos recursos e das actividades económicas sectoriais.
- Uma terceira fase que corresponderá à apresentação de uma Proposta de POEM, que incluirá, como Plano Sectorial:
 - as opções e os objectivos sectoriais com incidência territorial;
 - as orientações de gestão associadas à espacialização proposta para o espaço marítimo e aos tipos de actividades previstas ou em curso;
 - as peças gráficas que representam no espaço marítimo as orientações de gestão;

- os indicadores de avaliação do desempenho sustentável das actividades marítimas e um programa de monitorização e controlo;
- um programa de acção para o ordenamento do espaço marítimo.

Em paralelo e em articulação com o faseamento considerado para o desenvolvimento do POEM inclui-se a Avaliação Ambiental Estratégica de acordo com a legislação específica.

1.2 - A DEFINIÇÃO DO QUADRO ESTRATÉGICO

A primeira etapa para a definição de um enquadramento estratégico para o POEM consistiu na elaboração de uma análise de diagnóstico - Diagnóstico Estratégico - que, tendo por base os diagnósticos preparados pela Equipa Multidisciplinar (EM) e que sintetizam a caracterização de cada sector na sua relação com o Espaço Marítimo, permitiu apontar um conjunto de estratégias/apostas estratégicas que pretendem contribuir para o ordenamento deste Espaço Marítimo e que permitirão estabelecer a Visão, Missão e Linhas de Orientação Estratégica para o POEM.

Em paralelo foram também realizados *workshops* temáticos destinados a promover o envolvimento dos actores directamente associados a cada tema (representantes governamentais, de entidades públicas e privadas, de associações profissionais e sectoriais, de ONG, investigadores, entre outros), estimulando a sua responsabilização e apropriação do Plano, com a finalidade de identificar e complementar os pontos de vista de cada sector relativamente ao Espaço Marítimo.

Numa segunda etapa, partindo das estratégias/apostas estratégicas que justificam as opções e os objectivos sectoriais para o ordenamento do espaço marítimo e tendo presentes as propostas de Visão e Missão obtidas nos *workshops* temáticos, foram identificadas pela Equipa Multidisciplinar uma Visão para o espaço marítimo nacional e a Missão para o POEM, como forma de enquadramento global do processo de planeamento estratégico.

Posteriormente, foram também identificadas, as Linhas de Orientação Estratégica (LOE) para o POEM, e as orientações estratégicas (OE) que lhes estão associadas e que correspondem à enunciação, a um nível de decisão estratégica, dos principais resultados que se pretendem obter com o plano.

Finalmente, também com base no Diagnóstico realizado, bem como na identificação das principais problemáticas e oportunidades, que se colocam ao espaço marítimo, e das principais estratégias/apostas estratégicas que constituem as questões estratégicas (QE) do POEM, e tendo presentes os referenciais estratégicos de política ambiental e de

sustentabilidade (QRE), bem como as questões ambientais (QA) mais relevantes, foram identificados os Factores Críticos para a Decisão (FCD) no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE): Base de Recursos Naturais e Culturais, Economia do Mar, Segurança e Riscos e Governança. Estes FCD, e os seus respectivos critérios de avaliação e indicadores, foram amplamente discutidos tendo sido adoptados como temas estruturantes da avaliação estratégica a realizar.

O “quadro estratégico” base do POEM permitirá identificar opções estratégicas alternativas (no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica) e irá dar origem a objectivos e orientações de âmbito geral e sectorial com incidência territorial e a medidas que permitirão concretizar os objectivos do Plano.

1.3 - METODOLOGIA

A síntese da caracterização de cada sector no âmbito do Espaço Marítimo foi concretizada através das várias análises SWOT sectoriais, onde são destacados os factores internos e externos que, pela positiva e negativa, melhor caracterizam o sector e ou a actividade em análise e a sua envolvente, incluindo:

- Análise Interna
 - Pontos Fortes - valores próprios positivos do sector e/ou actividade que contribuem para a sua afirmação/diferenciação e que deverão ser potenciados.
 - Pontos Fracos - valores próprios negativos do sector e/ou actividade que contribuem para a sua degradação e que deverão ser minimizados.
- Análise Externa
 - Oportunidades - factores externos que poderão contribuir para potenciar o sector e/ou actividade e que por isso deverão ser aproveitados.
 - Ameaças - factores externos que podendo contribuir para a degradação do sector e/ou actividade deverão ser contrariados.

A leitura cruzada das análises SWOT permite identificar os Factores Chave do sector e/ou actividade e que são:

- Vulnerabilidades ou Debilidades - resultam da leitura cruzada dos Pontos Fracos a que estão associadas Ameaças.
- Defesas ou Constrangimentos - resultam da leitura cruzada dos Pontos Fortes a que estão associadas Ameaças.

- Redireccionamentos ou Reorientações - resultam da leitura cruzada dos Pontos Fracos a que estão associadas Oportunidades.
- Vantagens ou Potencialidades - resultam da leitura cruzada dos Pontos Fortes a que estão associadas Oportunidades.

Na figura 2.1 mostra-se um exemplo de leitura cruzada e identificação de Factores Chave:

		FACTORES INTERNOS													
		Pontos fracos					Pontos fortes								
		Ponto fraco 1	Ponto fraco 2	Ponto fraco 3	...	Ponto fraco n	Ponto forte 1	Ponto forte 2	Ponto forte 3	...	Ponto forte n				
FACTORES EXTERNOS	Ameaças	Ameaça 1	x				x								
		Ameaça 2					x	x							x
		Ameaça 3		x											
		...	Vulnerabilidades ou Debilidades					Defesas ou Constrangimentos							
		Ameaça n													x
	Oportunidades	Oportunidade 1							x						
		Oportunidade 2			x					x					
		Oportunidade 3		x			x			x					
		...	Redireccionamentos ou reorientações					Vantagens ou Potencialidades							
		Oportunidade n													x

Figura 2.1 - Exemplo de leitura cruzada e identificação de Factores Chave.

Aos factores chave identificados deverão corresponder Estratégias (ou Apostas Estratégicas) destinadas a contrariá-los ou potenciá-los:

- As Vulnerabilidades ou Debilidades deverão ser ultrapassadas com Estratégias Defensivas ou de Coesão destinadas a impedir que os pontos fracos sejam susceptíveis às ameaças externas
- As Defesas ou Constrangimentos deverão ser reforçados com Estratégias de Sustentabilidade ou Reactivas destinadas a reduzir a vulnerabilidade dos pontos fortes existentes a essas ameaças.
- Os Redireccionamentos ou Reorientações deverão ser alterados e ou ultrapassados com Estratégias de Mudança que permitam melhorar ou eliminar os pontos fracos e atingir as oportunidades detectadas.

- As Vantagens ou Potencialidades deverão ser consolidadas ou enriquecidas através de Estratégias de Competitividade ou pró-activas que reforçam ou potenciam os pontos fortes para tirar partido das oportunidades existentes.

Na figura 2.2 mostra-se a relação entre Factores Chave e Estratégias (ou Apostas Estratégicas):

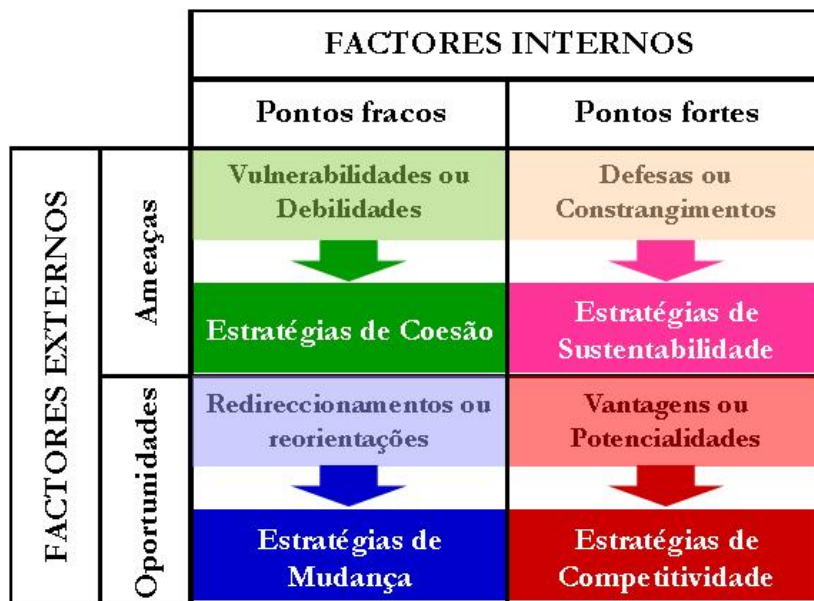


Figura 2.2 – Relação entre Factores Chave e Estratégias (ou Apostas Estratégicas).

Os Factores Chave obtidos, resultando das Análise SWOT sectoriais, traduzem a possibilidade de sucesso dos sectores e/ou actividades em si. Ou seja, muitos desses factores dão orientações que respeitam exclusivamente ao futuro da actividade e que não têm a ver nem directa nem indirectamente com o Ordenamento do Espaço Marítimo.

Assim, a partir dos Factores Chave, foram destacadas as “Estratégias/Apostas Estratégicas para o POEM” que se apresentam no final deste documento e que dão origem, numa fase seguinte, aos Objectivos para o Espaço Marítimo, globais e específicos (territoriais e sectoriais).

Para além das Análise SWOT sectoriais apresentadas pela Equipa Multidisciplinar, foram também construídas Análises SWOT durante os *Workshops* Temáticos realizados e que são descritos em volume específico. Estas Análises SWOT, tendo presente que correspondem a exercícios realizados em tempos muito curtos, foram apenas sujeitas a leituras cruzadas simplificadas - Pontos Fortes *vs* Oportunidades e Pontos Fracos *vs* Ameaças - mas contribuindo para validar e ou completar a análise anterior.

2 - DIAGNÓSTICOS SECTORIAIS

2.1 - ANÁLISES SWOT INSTITUCIONAIS

2.1.1 - Descrição Geral

Apresentam-se em seguida as análises SWOT realizadas pelos responsáveis sectoriais representados na Equipa Multidisciplinar.

2.1.2 - Soberania e Defesa Nacional e Segurança Marítima

MDN

<p>Pontos fortes</p> <ul style="list-style-type: none"> - Capacidade da Marinha e da Força Aérea para vigiar, monitorizar e controlar os espaços marítimos sob soberania ou jurisdição nacional. - Consciência de que à Marinha incumbe a defesa militar de Portugal no mar e que a Marinha é a entidade melhor posicionada para levar a efeito e para garantir, de forma unitária e coerente, o exercício da autoridade do Estado nos espaços marítimos nacionais. - Grande empenho por parte da Marinha e de experiência de mar por parte do seu pessoal. - Grande empenho do Ministério da Defesa Nacional e das entidades sob a sua tutela em garantir o uso do mar para fins lícitos e adequados. - Existência de um modelo cultural e jurídico de exercício da Autoridade Marítima, o que permite uma uniformidade e um contínuo no exercício da autoridade do Estado no mar e nos espaços do domínio público hídrico. 	<p>Pontos fracos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sectorização excessiva de determinados instrumentos de exercício da autoridade do Estado por várias entidades de diferentes departamentos governamentais. - Fraca cultura de segurança dos cidadãos usufrutuários dos espaços marítimos e do domínio público hídrico o que dificulta ou prejudica as acções de salvamento e de socorro. - Insuficiente capacidade logística e de material, atenta a dimensão dos espaços marítimos, e dominiais, e a amplitude de competências cometidas. - Especificamente, em termos do exercício da Autoridade Marítima, exiguidade dos quadros da Polícia Marítima, o que, objectivamente, diminui uma eficaz capacidade de fiscalização, vigilância e aplicação de medidas de polícia nos vastos quadros de competência que a lei comete à Autoridade Marítima.
<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> - Possibilidade de organizar o espaço marítimo de modo a evitar conflitos de uso o que facilita a execução das tarefas da responsabilidade das entidades sob tutela do Ministério da Defesa Nacional. - Possibilidade de virem a existir mais meios navais adequados às necessidades que venham a surgir com o POEM e que possam ser 	<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alguma insuficiência de meios adequados, quantitativa e qualitativamente, para garantir a autoridade do Estado nos espaços marítimos nacionais, face à sua vastidão - Práticas ilegais que podem conduzir a novas tipologias de ilícitos criminais. - Proliferação de actividades no meio marinho

<p>usados numa perspectiva de multidisciplinaridade.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Vastidão e potencialidades dos espaços marítimos em termos de eventual aproveitamento de recursos que poderão ser aplicados de forma multidisciplinar. - Reforço da presença de especialistas e peritos da Marinha em fora internacionais, no âmbito das atribuições da Marinha/Autoridade Marítima Nacional. 	<p>que poderão dificultar a acção dos meios navais em acção do mar.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Novos tipos de terrorismo, designadamente dirigidos ao ecossistema marinho e à navegação.
---	---

MAI

<p>Pontos fortes</p> <ul style="list-style-type: none"> - O MAI inclui a Guarda Nacional Republicana (GNR) que tem como vantagem ser uma força policial de cariz militar, o que faz de si uma força extremamente versátil, identificada com as necessidades das populações e vocacionada para a interacção com estas, mesmo em cenários onde haja forte instabilidade, com provas dadas, por exemplo em Timor e no Iraque - A GNR, através da Unidade de Controlo Costeiro faz vigilância da costa e mar territorial 24 horas por dia, dispondo de equipamentos especiais para o efeito - A GNR possui meios materiais e humanos suficientes, com formação contínua - A GNR tem uma cultura policial vocacionada para a costa e mar territorial com mais de um século de existência, dado ter recebido as competências e meios da ex Brigada Fiscal e esta por sua vez da Guarda-Fiscal (criada em 1885) - A GNR tem experiência e conhecimento em operações de vigilância, prevenção e combate nos âmbitos do contrabando de mercadorias, desembarque de droga, pesca e ambiental, aduaneiro, entre outros, na costa portuguesa. - As Forças e Serviços de Segurança cobrem o território nacional (incluindo o mar territorial) integralmente, no âmbito das suas missões, interagindo frequentemente, integrando facilmente processos de actuação/coordenação. - A GNR possui equipamentos de última geração, com integração de sistemas de visão nocturna, radares costeiros, lanchas de 	<p>Pontos fracos</p> <ul style="list-style-type: none"> - A não existência de uma estrutura do tipo “Guarda Costeira”. - Diversos organismos que congregam competências comuns, havendo sobreposição de domínios de actuações. - Fraca coordenação/interacção entre forças e serviços de segurança em missões policiais nos espaços marítimos sob soberania nacional. - As autoridades vêm-se por vezes condicionadas no que diz respeito ao uso e à permanência em determinados portos de recreio, concessionados a entidades privadas, que pontualmente levantam objecções, que só são supridas com recurso a pagamentos pecuniários, e nem sempre com a oportunidade requerida, protelando-se no tempo situações que deixam as autoridades do Estado numa situação diminuída. - Dispersão de legislação, que dificulta o trabalho às autoridades.
---	--

<p>vigilância e interceptação.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Incremento recente de integração de meios aéreos ao serviço do MAI (EMA) em missões policiais no mar territorial - A GNR tem um Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente (SEPNA), que exerce fiscalização no domínio hídrico e nas diversas vertentes com este relacionadas, nomeadamente, costeira, fauna e flora - A GNR participa anualmente em operações no espaço europeu de controlo das fronteiras externas, no âmbito da agência “FRONTEX”, tendo forte experiência neste domínio, integrando activos peritos, operacionais e logísticos 	
<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> - Com a implementação do SIVICC (Sistema integrado de vigilância comando e controlo), que é operado pela GNR, Portugal passa a ter um sistema de última geração que monitoriza integralmente a costa portuguesa - De ressaltar que este equipamento estará interligado por exemplo ao sistema VTS, operado pelo IPTM/MAOTDR, permitindo aplicações diversas - Legislar para que, se garanta o acesso e uso gratuito de instalações portuárias, marinas, etc., às entidades do Estado, quando estes espaços estejam concessionados a privados. (ex: espaços para atracação de embarcações) - A criação de uma estrutura tipo “Guarda Costeira”, que substituísse a dispersão de forças que actuam no espaço marítimo sob soberania nacional, de forma a consolidar o Sistema de Autoridade Marítima Nacional 	<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> - Utilização do espaço marítimo por redes ligadas ao terrorismo e actividades criminosas - Pirataria

2.1.3 - Zonas Costeiras

MAOT

<p>Pontos fortes</p> <ul style="list-style-type: none"> - Espaço Marítimo extenso - Conjunto de actividades emergentes - Possibilidade de estabelecer mecanismos de articulação entre diferentes sectores - Orientações nacionais e comunitárias para a 	<p>Pontos fracos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Falta de articulação entre entidades - Falta de tradição no planeamento associado ao espaço marítimo - Falta de clarificação e de uma estrutura definida relativa à articulação e
--	---

<p>utilização sustentada do espaço marítimo</p> <ul style="list-style-type: none"> - Instrumentos de Gestão do Território que estabelecem o zonamento da orla costeira (POOC) definindo os interfaces onde deverá ser estabelecida a complementaridade entre a zona costeira e o espaço marítimo de uma forma efectiva e coerente 	<p>compatibilização entre as diferentes utilizações do espaço marítimo</p> <ul style="list-style-type: none"> - Prevalência de determinados sectores e actividades efectivas representativos das utilizações do espaço marítimo enquadrados em legislação circunstanciada em detrimento do cumprimento das disposições legais em matéria do domínio hídrico. - Conhecimento científico insuficientemente aprofundado - Insuficiente conhecimento da implementação articulada da DQA e DQEM e dos objectivos a atingir
<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira (ENGIZC) - Articulação entre o espaço marítimo e zona costeira na perspectiva da complementaridade de usos e na óptica do planeamento e da gestão integrados - Assumpção do espaço marítimo como pilar estruturante e estratégico da política para o mar - Iniciativas emergentes para a promoção do conhecimento integrado do espaço marítimo - Possibilidade de implementar um instrumento para a gestão integrada do espaço marítimo - Definir os mecanismos efectivos de articulação entre as obrigações da DQA e DQEM e melhorar o conhecimento da qualidade ecológica e biológica dos Recursos Hídricos - Possibilidade de acesso a fundos comunitários através do QREN 	<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> - Maior pressão sobre o espaço marítimo - Maior probabilidade de ocorrerem sinistros marítimos - Outros perfis de ameaças ambientais decorrentes de actividades ilícitas - Dificuldade em assegurar uma eficaz fiscalização do espaço marítimo - Alterações climáticas

2.1.4 - Conservação da Natureza e da Biodiversidade

MAOT

<p>Pontos fortes</p> <ul style="list-style-type: none"> - ICNB como entidade competente em matéria de conservação da natureza e biodiversidade no meio marinho - Competência para designar Áreas Protegidas Marinhas 	<p>Pontos fracos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Lacunas de conhecimento - Desconhecimento do estado de conservação das espécies e habitats marinhos - Recursos humanos e financeiros escassos - Falta de capacidade de comunicação interna
---	---

<ul style="list-style-type: none"> - Obrigatoriedade imediata em matéria de extensão da Rede Natura 2000 ao meio marinho - Projectos em curso (<i>Important Bird Areas</i> marinhas, M@RBIS, Áreas Protegidas Marinhas costeiras) - Agenda política para os Assuntos do Mar 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de capacidade de comunicação externa - Insuficiente capacitação técnica - Falta de coordenação interna - Falta de empatia com o meio marinho - Interrogação sobre limites de actuação do ICNB - Desfasamento financeiro (com QREN, p. ex.)
<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dimensão da Zona Económica Exclusiva - Directiva-Quadro “Estratégia Marinha” - Convenção OSPAR - Estratégia Nacional para o Mar - Prioridade de agenda - Maior cooperação com Regiões Autónomas - Sinergia e comunicação com outras entidades - Programa INTERREG e QREN - Legislação recursos genéticos - Redução recursos pesqueiros - Organização de eventos - Revisão dos anexos das directivas Aves e Habitats - Colaboração da comunidade científica - Mobilização do público - Actividades económicas sustentáveis - Comissão Interministerial dos Assuntos do Mar - Processo em fase inicial com capacidade de planeamento - Valor intrínseco da biodiversidade marinha - Valor económico da biodiversidade marinha 	<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> - MAOT com recursos humanos e financeiros insuficientes - Deficiente integração sectorial (abordagem ecossistémica) - Fraca definição de competências - Reduzida sensibilidade do público - Prioridade para áreas costeiras - Política Comum das Pescas - Outros sectores dominam a agenda - Ausência de meios de gestão e fiscalização - Ausência de liderança entre sectores (intra e intergovernamental) - Aumento do consumo dos recursos marinhos - Alterações climáticas

2.1.5 - Pescas e Aquicultura

MADRP

<p>Pontos fortes</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elevado consumo <i>per capita</i> de pescado - Produção largamente destinada ao consumo humano - Condições naturais para o desenvolvimento 	<p>Pontos fracos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reduzido envolvimento de produtores na comercialização dos seus produtos e deficiente organização e representatividade das estruturas associativas - Elevados custos operacionais de produção
--	--

<p>da aquicultura, nomeadamente em offshore</p> <ul style="list-style-type: none"> - Empresas de transformação com domínio das técnicas de produção tradicionais e artesanais para mercados de qualidade - Elevada integração das fileiras da sardinha e do atum - Conhecimento dos pescadores e tradição da actividade da pesca - Existência de recursos diversificados e com valor comercial e abundância de pelágicos usados na indústria transformadora - Existência de uma frota de pesca com um bom grau de adequação da respectiva capacidade aos recursos e com alguns segmentos suficientemente especializados - Existência de investigação científica aplicada e de especialistas nas diferentes áreas - Existência de estruturas portuárias, de investigação e de formação disseminadas pelo território - Extensa Zona Económica Exclusiva (ZEE). 	<p>que tornam pouco rentável a actividade</p> <ul style="list-style-type: none"> - Idade média de alguns segmentos da frota de pesca muito elevada e com condições de operacionalidade deficientes, em especial na frota local e do cerco costeiro - Vulnerabilidade de alguns “stocks” por fragilidade dos ecossistemas, por pressão das pescarias ou pelo carácter migratório das espécies - Produção aquícola limitada a um número reduzido de espécies com forte concorrência externa - Existência de elevado número de pequenas empresas familiares com fraca capacidade de gestão, inovação e introdução de novas tecnologias - Ausência de ordenamento da orla costeira não favorecendo o desenvolvimento da aquicultura - Baixo nível de escolaridade e formação de grande número de profissionais - Dependência do mercado externo quer no abastecimento, quer no escoamento, neste último caso potenciado pela ultraperifricidade de algumas regiões - Fraca atractividade do sector para os jovens e dificuldade de recrutamento de mão-de-obra - Elevada dependência da captura de tunídeos cuja abundância depende de variáveis aleatórias como as rotas migratórias (Regiões Autónomas).
<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> - Valorização dos produtos da pesca apostando na qualidade e certificando os produtos - População em geral com grande ligação ao mar e gosto nas actividades marítimas - Modernização da frota pesqueira através da introdução de novas tecnologias (segurança, melhorias ambientais e redução de consumo) - Alargamento de áreas protegidas marinhas contribuindo para a protecção dos recursos e para o desenvolvimento de actividades económicas complementares da pesca comercial - Desenvolvimento dos conhecimentos científicos no domínio da pesca e dos mares - Crescente procura de produtos da pesca, 	<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aumento dos custos de exploração, em particular do preço dos combustíveis - Redução de possibilidades de pesca de espécies tradicionalmente utilizadas por Portugal, nomeadamente em pescadores externos - Envelhecimento da frota - Aumento da idade média dos profissionais decorrente da falta de atractividade do sector para os jovens - Agudização dos níveis de concorrência, face à escassez dos recursos e à pesca IUU (ilegal, não regulamentada e não declarada), com reflexos no aprovisionamento de matéria-prima para a indústria

<p>nomeadamente pré-confeccionados e outras apresentações</p> <ul style="list-style-type: none"> - Potencial de alargamento da produção aquícola - Ordenamento das zonas costeiras criando condições para o crescimento da aquicultura - Possibilidade de fornecimento de produtos seguros, produzidos de forma ambientalmente sustentável e de grande frescura. 	<ul style="list-style-type: none"> - Preponderância de países terceiros no mercado dos produtos da pesca face aos baixos custos de produção e às muito mais débeis exigências de carácter ambiental - Impacto das alterações climáticas e da poluição das águas no estado dos recursos.
---	---

2.1.6 - Navegação, Transportes Marítimos e Infraestruturas Portuárias

MOPTC

<p>Pontos fortes</p> <ul style="list-style-type: none"> - Localização de Portugal na convergência de rotas transatlânticas - Disponibilidade de infraestruturas portuárias modernas - Capacidade disponível na generalidade dos portos nacionais e de expansão em alguns portos - Modernização em curso do quadro legal e regulamentar do sector - Existência do porto de Sines com condições para navios <i>deep sea</i> e com capacidade disponível - Disponibilidade de tráfegos cativos em razão do tipo de mercadorias ou da origem - Ligações rodoviárias facilitadas a Espanha 	<p>Pontos fracos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Posição geográfica do Sistema Portuário Nacional descentrada relativamente aos principais centros de produção e consumo europeus - Reduzida dimensão da procura de mercado de serviços portuários - Atomização dos portos e pouca especialização - Ausência de boas acessibilidades ferroviárias em alguns portos - Insuficiente desenvolvimento actual da regulamentação e da implementação de instrumentos de planeamento portuário eficazes e respectiva integração multimodal e logística - Falta de atractividade do Registo Nacional de Navios
<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> - Políticas europeias de transportes e ambiente que favorecem o desenvolvimento do transporte marítimo, Auto-Estradas do Mar e TMCD - Tendência para a internalização dos custos com as externalidades nos transportes - Definições de padrões de qualidade mais exigentes ao nível da segurança e protecção - Instalação da Agência Europeia de Segurança Marítima em Lisboa - Desenvolvimento da Rede Nacional de Plataformas Logísticas - Estratégia Nacional para o Desenvolvimento 	<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> - Perda de quota do mercado do transporte marítimo - Crescente competitividade do sector portuário europeu, nomeadamente o espanhol - Incremento da capacidade instalada nos portos europeus - Aumento da capacidade competitiva do modo rodoviário - Afunilamento do Comércio Externo Português em relação ao número de mercados, designadamente pela concentração na Península Ibérica - Maior competitividade dos Registos Não

<p>Sustentável 2005-2015</p> <ul style="list-style-type: none"> - Programa de Simplificação Administrativa e Logística a nível nacional - Estabelecimento de parcerias para o abastecimento dos portos secos em Espanha - Melhor exploração em termos de mercado das relações privilegiadas com os PALOP 	<p>Europeus de navios</p>
---	---------------------------

2.1.7 - Construção e Reparação Naval de Navios

MEID

<p>Pontos fortes</p> <ul style="list-style-type: none"> - Longa tradição histórica - Existência de mão-de-obra qualificada - Existência de infraestruturas adequadas e com capacidade tecnológica para responder a mercados diversificados como a construção de protótipos para a exploração da energia das ondas - Indústria chave para as demais actividades marítimas (transporte, turismo, recreio, pescas, defesa e investigação Oceanográfica e hidrográfica) - “Reserva estratégica” da Marinha de Guerra e da Marinha Mercante portuguesa - Infraestruturas adequadas para a segurança e protecção do ambiente no espaço marítimo português <p><u>Reparação Naval</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Prestígio e credibilidade a nível mundial - Imagem de qualidade - Elevado nível de empregabilidade - Infraestruturas modernas e elevada capacidade de oferta de docagem a nível mundial - Localização geográfica privilegiada - encruzilhada de importantes rotas marítimas mundiais - Condições climatéricas únicas para o exercício da actividade <p><u>Construção Naval</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Larga experiência na construção de vários tipos de navios - Boa imagem na construção de navios de carga 	<p>Pontos fracos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Posição geográfica do Sistema Portuário Nacional descentrada relativamente aos principais centros de produção e consumo europeus - Actividade de investigação débil e ligações fracas ao meio universitário, não existindo centros de conhecimento aplicado dignos desta designação - Elevada idade média dos recursos humanos - Produtividade - Fraca disponibilidade de materiais e equipamentos no mercado nacional - Fraca disponibilidade de prestadores de serviços no mercado nacional - Ligação ténue entre o sector privado e o sector público (incluindo a Defesa) - Mercado nacional de dimensão diminuta - Falta de resposta dos decisores políticos. Ausência de decisão e definição políticas impedem a reestruturação do sector de pequena e média dimensão - Não promulgação em Portugal do Regime Europeu de auxílios à inovação aos estaleiros de construção e reparação naval - Falta de uma visão nacional, integrada e estratégica, do papel da indústria naval e das actividades ligadas ao Mar <p><u>Construção Naval</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Debilidade da característica tractora da indústria. Incorporação diminuta de produto nacional em materiais e equipamentos fornecidos para o produto final
---	--

<ul style="list-style-type: none"> - Boa base tecnológica e de qualidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade no acesso ao crédito por parte de armadores e estaleiros - Falta de apoios e incentivos financeiros inteligentes - Insuficiente dinamismo do armamento nacional - Insuficiente experiência na construção de navios militares e passageiros - Pouca flexibilidade dos RH e da subcontratação - Insuficiente desenvolvimento de empresas subcontratantes especializadas locais - Desigualdade concorrencial com outros países europeus que dispõem de subsídios regionais à construção naval
<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> - Crescimento do comércio internacional por via marítima - Domínio do processo industrial suficiente para o desenvolvimento, progresso e expansão do sector - Desenvolvimento das auto-estradas marítimas da Europa e do transporte marítimo de curta distância intra-comunitário - Criação de relações de parceria com empresas de forma a criar redes de subcontratação - Aposta no rejuvenescimento dos RH - Implementação correcta da Regulamentação Internacional conducente a melhores práticas de operação de navios e à renovação das frotas por razões de novos standards e padrões de concepção - Desenvolvimento de ligações estreitas entre as empresas e a universidade, através da formação de centros de conhecimento - Participação na Estratégia de Desenvolvimento da Base Tecnológica e Industrial de Defesa (nacional e europeia) <p><u>Construção Naval</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Possibilidade de reforço da quota do mercado nacional, nomeadamente nas áreas do transporte de passageiros, militar e transporte de produtos químicos - Modernização da Marinha de Guerra portuguesa 	<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> - Situação da economia mundial - Concorrência desleal e práticas de dumping por empresas de países concorrentes - Forte desequilíbrio entre a capacidade produtiva instalada e a colocação de novas encomendas - Atração da indústria de países europeus sobre os trabalhadores nacionais qualificados - Estagnação e declínio com desaparecimento a prazo do sector, na ausência de uma visão estratégica para o sector da indústria naval e para todo o sector económico ligado ao Mar - Estrutura salarial - Contratação laboral - Falta de centralização e clarificação de competências das Autoridades/Organismos que actuam nas áreas portuárias <p><u>Construção Naval</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Adiamento das decisões políticas de reestruturação do sector e da sua respectiva implementação - Manutenção da retracção do comércio internacional - Evolução das taxas de câmbio Euro/Dólar/Moedas Asiáticas - Evolução dos preços das matérias-primas <p><u>Reparação Naval</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Desconhecimento público da contribuição da

<ul style="list-style-type: none"> - Renovação necessária e urgente de frotas nacionais - Possibilidade de diversificação do mercado externo, incluindo o mercado de alguns países africanos de expressão portuguesa - Possibilidade de consolidação de posição em nichos de mercado de maior complexidade (navios militares, químicos especiais, navios de grande velocidade, transporte de passageiros e científicos) - Indústria tractora de outras indústrias - Dinamizar uma maior cooperação e integração dos estaleiros navais europeus, criando sinergias e economias de custos - Aumento da quota do <i>short sea shipping</i> face ao modo rodoviário - Desenvolvimento de sistemas avançados de financiamento e garantia - pré-entrega e garantia de reembolso - Estabelecimento de condições de concorrência equitativas a nível mundial. - Aprovação do Regime de incentivos à inovação, já em vigor nos Estados Membros - Criação de sinergias no âmbito da aplicação de políticas industriais de segurança/defesa/aprovisionamento <p><u>Reparação Naval</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Fidelização de clientes - Melhoria da produtividade com novas ferramentas - Criação de parcerias com fabricantes internacionais de equipamentos como forma de alargar <i>know-how</i> específicos - Organizações lineares e flexíveis 	<p>actividade de reparação naval nacional para a economia nacional e preservação do ambiente</p>
--	--

2.1.8 - Turismo Náutico

MEID

<p>Pontos fortes</p> <ul style="list-style-type: none"> - Importância do sector do Turismo na economia nacional - Lisboa representa o 6º porto Ibérico (5,2% de quota de passageiros) 	<p>Pontos fracos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ausência de informação sistematizada sobre a actividade náutica - Grande dispersão de entidades responsáveis pelo licenciamento da actividade náutica
--	--

<ul style="list-style-type: none"> - Porto de Lisboa tem um dos melhores crescimentos a nível europeu - Oferta consolidada oferta marinas do Algarve - Bons níveis de segurança e acolhimento - Condições meteorológicas favoráveis - Praias de Qualidade - Rios navegáveis - Vasta costa marítima - Diversidade de recursos naturais - Localização geográfica favorável, na rota de correntes de tráfego internacionais - Crescente dinamização de eventos náuticos de âmbito internacional - Apoios financeiros a projectos empresariais relacionados com o desenvolvimento do turismo náutico. 	<p>(IPTM, órgãos locais da Direcção-Geral da Autoridade Marítima e entidades com jurisdição no domínio hídrico fluvial ou lacustre)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Carência de requalificação em termos físicos e de serviços de acolhimento prestados aos turistas nas marinas e portos de recreio existentes a Norte de Lisboa - Infraestruturas de postos de amarração desadequadas, relativamente à procura por parte de embarcações de maior porte - Lentidão na obtenção de autorizações e licenças - Elevadas taxas que agravam as actividades náuticas - Falta de infraestruturas turísticas e recreativas complementares - Ausência de instalações menores que sirvam de apoio às embarcações e aos seus utilizadores - Fraca integração das instalações dos portos de recreio nas localidades - Escassa promoção de actividades relacionadas com a náutica - Necessidade de melhorar a qualidade dos serviços prestados em algumas marinas e portos de recreio - Insuficiente vigilância das praias e orla costeira - Mar frio e batido - Deterioração paisagística e ambiental das zonas costeiras - Sazonalidade da procura turística - Falta de articulação das Web dos portos com as Web turísticas dos organismos oficiais.
<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> - A náutica de recreio representa 3 milhões de viagens internacionais por ano na Europa - A procura secundária da náutica de recreio está estimada em 7 milhões de viagens internacionais por ano na Europa - A náutica de recreio representa 1,15% do total das viagens de lazer realizadas pelos europeus - A taxa de crescimento da náutica de recreio é de 8% a 10% ao ano 	<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> - Principais concorrentes: Espanha, França e Itália - Crise económica internacional

<ul style="list-style-type: none"> - A vela e o mergulho contam com mais de 1 milhão de praticantes com licenças federativas na Europa - Na náutica de recreio o gasto por pessoa varia entre €80 e €500 euros por dia - Os cruzeiros registam taxas de crescimento na ordem de 8% por ano - Europa é o destino que regista maiores índices de crescimento nos cruzeiros - Crescimento dos mercados de <i>charters</i> náuticos - Principais mercados emissores: Alemanha e Escandinávia (também mercados prioritários para o turismo em Portugal). - Novas oportunidades ligadas ao ecoturismo subaquático e possibilidade do desenvolvimento da pesca grossa (<i>Big game fishing</i>) em Portugal continental, devido às alterações climáticas (mais espécies tropicais/sub-tropicais). 	
---	--

2.1.9 - Desportos Náuticos

SEJD/IDP

<p>Pontos fortes</p> <ul style="list-style-type: none"> - Condições meteorológicas favoráveis todo o ano - Situação geográfica - Praias de qualidade - Diversidade de zonas costeiras - Extensão do espaço marítimo - Disponibilidade de um recurso natural de excelência - Diversidade das modalidades náuticas por todo o País - Clubes Náuticos em toda a extensão de costa - Quadros técnicos qualificados - Estruturas organizadas (Associativismo desportivo) na maioria dos desportos náuticos - A maioria dos desportos náuticos de vertente competitiva são regulados e regulamentados - O crescimento do número de operadores no âmbito dos desportos náuticos 	<p>Pontos fracos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Falta de apoios financeiros e logísticos - Falta de infraestruturas e pontos de apoio - Défice de quadros técnicos qualificados - Défice de oferta face à procura - Deficientes acessos ao Mar - Falta de qualidade da maioria das instalações de apoio - Dificuldade de deslocação de crianças e jovens para os locais onde se inserem estas modalidades - Dificuldades de prática especialmente nos meses de inverno. - Falta de profissionalismo e qualidade de serviço prestado por um número elevado de operadores e entidades associadas a estes desportos - Falta de regulamentação e regulação da prática de desportos náuticos na vertente recreativa
---	---

<ul style="list-style-type: none"> - A existência de espaços específicos para a prática de desporto náuticos - A indústria associada ao desenvolvimento e produção de equipamentos específicos para a prática de desportos náuticos 	
<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação de clubes/empresas ligadas aos desportos náuticos - Requalificação da costa Portuguesa/ Ordenamento e regulamentação do Espaço Marítimo - Identificar novas fontes de financiamento para suporte de actividades ligadas aos desportos náuticos - Envolvimento concertado das diferentes entidades com competências próprias - Diversificação da cultura desportiva - Criação de uma nova cultura ambiental associada aos desportos náuticos - Reforço do peso económico assente em bens e serviços associado aos desportos náuticos - Abrir novas oportunidades para a prática de desportos náuticos - Possibilidade de desenvolvimento de <i>clusters</i> de actividades - Implementação de Políticas Ambientais para preservação do Espaço Marítimo - Interesse crescente das populações pelo Espaço Marítimo - Crescente interesse dos escalões etários mais baixos pelos desportos náuticos - A valorização dos desportos náuticos como um produto turístico - O crescente investimento nos desportos náuticos (investimento público e privado) 	<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> - Falta de cultura desportiva - Grande diversidade de entidades com competências directas e indirectas - Falta de vontade política para agilizar a máquina burocrática - POOC - Grande diversidade de entidades com competências no espaço marítimo - Disparidade de regras a aplicar no espaço marítimo - Custos associados à prática de desportos náuticos - Sobreposição de interesses na gestão e utilização do espaço marítimo

2.1.10 - Energias das Ondas

MEI

<p>Pontos fortes</p> <p>Condições naturais e estruturais</p> <ul style="list-style-type: none"> - Disponibilidade do recurso energético, cuja potência instalada se calcula poder alcançar 	<p>Pontos fracos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tecnologia ainda em fase de desenvolvimento com os riscos inerentes e com exigências financeiras significativas, até se atingir uma
--	---

<p>um valor na ordem de 4,5GW (com um critério de média restrição) para uma extensão de costa de duzentos e cinquenta quilómetros, à batimétrica de cinquenta metros de profundidade</p> <ul style="list-style-type: none"> - Com cerca de 45 kW/m em alto Mar, e um pouco menos de 30 kW/m em profundidades de cerca de cinquenta metros, Portugal tem um recurso energético elevado, apenas excedido a nível mundial em algumas outras zonas costeiras que, no entanto, raramente beneficiam da acumulação das outras condições favoráveis - Batimétrica dos cinquenta metros e pontos de ligação à rede eléctrica muito próximas da costa, desta forma reduzindo significativamente os custos em cabos eléctricos, um factor crítico em especial para as pequenas potências instaladas numa fase inicial de desenvolvimento - Disponibilidade de portos e estaleiros navais próximos dos locais de instalação dos dispositivos de extracção de energia das ondas, o que minimiza os custos de instalação, manutenção e desmobilização das centrais a instalar. <p>Capacidade científica, tecnológica e industrial</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvida e testada no projecto e construção da Central de Coluna de Água Oscilante da Ilha do Pico - Existência de capacidade (proveniente de institutos do Estado, universidades e estaleiros navais), em colaboração com equipas internacionais, para desenvolvimento, construção e instalação de sistemas offshore - Existência de instituições de investigação activas e empenhadas, com reconhecimento internacional e com experiência desde a fase de concepção até à fase de construção e operação - Formação académica traduzida na realização de um número crescente de doutoramentos em energia das ondas - Grande número de publicações internacionais - Participação na maioria dos projectos de I&D comunitários e nacionais - Lançamento e coordenação, desde o início (2001), do Programa Internacional de I&DT 	<p>fase de viabilidade económica</p> <ul style="list-style-type: none"> - Imagem pouco favorável dos primeiros sistemas, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> - Central do Pico (concluída em 1999, não tem funcionado de forma continuada) - Central holandesa AWS (falharam as duas tentativas de instalação da central ao largo da costa portuguesa) - Pouca experiência em Portugal na área das inovações tecnológicas e pouca divulgação dos casos de sucesso - Haverá alguma interferência com as actividades piscatórias e outras actividades marinhas. Deverá, contudo, ser suficiente assinalar as instalações nas cartas próprias e sinalizá-las - O ambiente hostil (corrosão e exposição a condições meteorológicas por vezes muito agrestes) em que estas instalações se edificam, aumenta as necessidades de manutenção e diminui a sua fiabilidade - Interesse reticente da indústria nacional com pouca disponibilidade para correr riscos (em comparação com países com maior tradição na inovação tecnológica), provavelmente agravado por uma imagem de tecnologia difícil e ainda em desenvolvimento - Elevado capital intensivo e de risco elevado.
--	---

<p>sobre Energia dos Oceanos, no âmbito da Agência Internacional de Energia</p> <ul style="list-style-type: none"> - Existência de um número significativo de empresas portuguesas interessadas que se associaram a instituições de I&DT, articulando-se de forma organizada com aquelas instituições. <p>Políticas governamentais favoráveis</p> <ul style="list-style-type: none"> - A tarifa de preço especial estabelecido pelo Governo português como forma de incentivar o desenvolvimento do aproveitamento da energia das ondas coloca o país numa posição única no panorama internacional - Possibilidade de financiamento através de Programas de I&DT - Facilidades na obtenção de pontos de ligação à rede eléctrica e garantia de compra da energia eléctrica produzida - Criação da Zona Piloto para a energia das ondas destinada à instalação de unidades em tamanho real para testes em condições reais de funcionamento. 	
<p>Oportunidades</p> <p>A confirmar-se a viabilidade tecnológica e económica da energia das ondas, identificam-se as seguintes oportunidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Produção de energia eléctrica por fontes renováveis em quantidade significativa no quadro do consumo nacional - Desenvolvimento da economia e do mercado de trabalho em decorrência do surgimento de uma nova actividade industrial com grande potencial interno e de exportação a nível mundial - Desenvolvimento de tecnologias oceânicas com aplicação na exploração de outros recursos marinhos e oceânicos (piscicultura e outras aplicações como extracção de minerais valiosos, v.g. metais). A tecnologia da energia das ondas tem várias áreas em comum com outras aplicações oceânicas, pelo que daqui podem resultar sinergias que potenciem outros desenvolvimentos - Oportunidade para empresas industriais com actividade na área dos equipamentos de energia, nomeadamente equipamentos mecânicos e eléctricos 	<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dificuldades técnicas associadas a um ambiente (marítimo) por vezes muito adverso - Processos de licenciamento usualmente complexos e demorados - Desenvolvimento acelerado da indústria da energia eólica, que se antevê contribuir para suprir em parte a carência do nosso país em energias renováveis - Excelentes condições naturais para o desenvolvimento da indústria da energia fotovoltaica em Portugal, a qual se configura igualmente como uma indústria competidora da eventual indústria da energia das ondas.

<ul style="list-style-type: none"> - Oportunidade para os estaleiros navais: uma parte das oportunidades económicas e de desenvolvimento tecnológico associada ao aproveitamento da energia das ondas têm um reflexo directo para os estaleiros navais e da indústria associada - Sendo Portugal um país com um largo interesse estratégico nos Oceanos, a investigação, o desenvolvimento e a eventual exploração da energia das ondas contribuirá para a dinamização do perfil e da actividade nacional na área do Mar, bem como do desenvolvimento tecnológico em que se deve apoiar. 	
--	--

2.1.11 - Energia Eólica *Offshore*

MEID

<p>Pontos fortes</p> <ul style="list-style-type: none"> - A existência em Portugal de áreas <i>offshore</i> de dimensões apreciáveis, com possibilidades de implementação de grandes projectos de produção de energia eléctrica de base renovável - Velocidades do vento em Mar aberto superiores à média das instalações em terra e que, geralmente, aumentam com a distância à costa - Ventos caracterizados por menores índices de turbulência que os verificados em terra, o que permite um aproveitamento mais eficiente da energia e reduz a fadiga de materiais no aerogerador e na estrutura de suporte - Custos ambientais menores do que os dos grandes aproveitamentos hidroeléctricos - Vantagem para o escoamento da energia e integração no sistema eléctrico pela maior robustez da rede na zona costeira, por ser aí que se concentram as populações e indústrias e, conseqüentemente, os consumos - Amplo acordo das ONG do ambiente, assegurados que sejam os devidos cuidados na sua instalação. Goza ainda de uma imagem pública fortemente apelativa, ligada à modernidade e à defesa do ambiente - Quando comparada com a geração de energia 	<p>Pontos fracos</p> <ul style="list-style-type: none"> - As profundidades às quais são implementados actualmente parques eólicos <i>offshore</i> são ainda inferiores às que caracterizam as áreas potencialmente mais interessantes da nossa plataforma continental submersa - As áreas onde é possível implementar os parques eólicos <i>offshore</i> localizam-se a uma distância que varia entre os 3 e os 13 km da costa, pelo que as turbinas serão visíveis de alguns lugares em terra - Poderão verificar-se impactos ambientais ainda não estudados - Haverá alguma interferência com as actividades piscatórias e outras actividades marinhas. Deverá, contudo, ser suficiente assinalar as instalações nas cartas próprias e sinalizá-las - O transporte da energia, por cabo submerso, até aos pontos de interligação à rede em terra pode oferecer algumas dificuldades - O ambiente hostil (corrosão e exposição a condições meteorológicas por vezes muito agrestes) em que estas instalações se edificam, aumenta as necessidades de manutenção e diminui a sua fiabilidade - A energia eólica <i>offshore</i> tem custos de instalação e de operação/manutenção
--	---

<p>eléctrica de base convencional, nomeadamente a nuclear e a de queima de combustíveis fósseis, a eólica offshore apresenta custos de produção mais baixos que a primeira e que já competem com a segunda se forem considerados os custos ambientais</p> <ul style="list-style-type: none"> - A evolução dos custos da tecnologia é no sentido positivo, à semelhança do que se verificou com a sua aplicação em terra, aumentando a competitividade a curto prazo - Preço muito mais estável do que o da energia obtida a partir de combustíveis fósseis - Possibilidade da utilização das instalações para outros fins, designadamente as relacionadas com a vigilância da costa e do tráfego marítimo - Existência de empresas interessadas em investir nesta tecnologia. 	<p>superiores aos das instalações em terra</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elevado capital intensivo e de risco elevado.
<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> - A procura deverá ser satisfeita em boa parte recorrendo a fontes de energia donde não resulte a emissão de gases que contribuam para o efeito de estufa, como é o caso da energia eólica <i>offshore</i> - O potencial eólico no Mar aberto de Portugal é várias vezes superior ao total do potencial hidroeléctrico do país, já utilizado ou por utilizar - A utilização desta fonte de energia, em complemento de outras fontes renováveis já previstas no Programa E4, seria uma grande contribuição para a satisfação dos compromissos do Protocolo de Quioto no longo prazo - A implementação da vertente <i>onshore</i> da energia eólica vem somando casos de sucesso nas parcerias entre autarquias e grupos de investimento, em consequência das benfeitorias, do emprego e das receitas que gera. O mesmo resultará, em maior escala, no caso da vertente <i>offshore</i> - A perspectiva do montante do investimento é de grande relevância, possibilitando ao Estado dispor da massa crítica negocial para impor a instalação no país das diversas indústrias afins: construção/montagem das turbinas, fabrico de pás, construção naval para o fabrico de embarcações necessárias para a instalação e manutenção dos parques, metalomecânica 	<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> - Não existência de legislação específica que regule a instalação de parques eólicos <i>offshore</i> - Risco de ambiguidade e confusão decorrentes da possibilidade de justaposição de domínios de jurisdição sobre o desenvolvimento desta actividade - Não existência de um tarifário específico para a electricidade gerada por via eólica no Mar, como acontece para outras fontes renováveis (solar fotovoltaica e energia da ondas) - Os estudos actuais de caracterização do recurso e demais condições que, com base científica, ainda não permitem determinar com suficiente rigor quais os sítios mais favoráveis.

<p>para o fabrico de torres metálicas e de estruturas de fundação, construção civil para as empreitadas de instalação dos aerogeradores em mar aberto, etc.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Catalisação de actividades de investigação e desenvolvimento de tecnologias de ponta para as universidades portuguesas (a Europa é líder neste sector tecnológico) - Criação de milhares de postos de trabalho, à semelhança do que acontece na Dinamarca, Alemanha e Espanha, países que lideram a instalação de parques eólicos na Europa e o fabrico de aerogeradores. (No relatório CA-OWEE é referido que por cada MW de potência eólica instalada se verifica, globalmente, a criação de 4,2 novos postos de trabalho directo e 15 indirecto) - Existem ao longo da costa instalações portuárias sub-aproveitadas que podem ser reactivadas com a concretização desta nova indústria 	
--	--

2.1.12 - Pesquisa e Exploração de Petróleo

MEID

<p>Pontos fortes</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estabilidade política - Contexto jurídico favorável, legislação petrolífera e fiscal competitiva - Extensa área sedimentar - uma das maiores da Europa - e potencial petrolífero - Clima marítimo predominantemente ameno facilitando as actividades de pesquisa e exploração - Existência de dados e estudos de avaliação geológica e geofísica, resultantes das actividades das empresas, no <i>offshore</i> e, recentes, no <i>deep offshore</i>, que a unidade orgânica trata/trabalha - Unidade orgânica competente com técnicos especializados e meios informáticos actualizados específicos, para integração e interpretação de dados geológicos e geofísicos - Existência de centros a realizar estudos das bacias sedimentares 	<p>Pontos fracos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Historial negativo da pouca pesquisa efectuada até ao presente (sem exploração rentável de petróleo) - Dados ainda insuficientes das bacias sedimentares portuguesas, em particular no <i>deep offshore</i> - Percepção pública de risco ambiental (todavia, estatisticamente o risco é mínimo) - Decisões exógenas não atempadas.
---	---

<ul style="list-style-type: none"> - Utilização de tecnologia avançada e eficaz pelas empresas, respeitando regras internacionais para o sector - Pesquisa e exploração de petróleo sem custos para o Estado – o investimento muito elevado é totalmente suportado pelas empresas - Principal fonte de energia - Essencial para a petroquímica. Existência do complexo petroquímico de Sines. 	
<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> - Descoberta de campo(s) de petróleo economicamente viável(is) - Melhorar conhecimento das bacias sedimentares e do seu potencial petrolífero - Projectos multidisciplinares para realização de estudos especializados - Promover o conhecimento existente do potencial petrolífero - Utilização dos dados e estudos geológicos e geofísicos, obtidos no âmbito da pesquisa e exploração, para outros estudos técnico-científicos - Reduzir a dependência energética do país, com conseqüente diminuição das importações - Aumentar as receitas do Estado - Criação de postos de trabalho, directa e indirectamente. Valorização profissional de quadros técnicos especializados - Criação e/ou desenvolvimento de indústrias de apoio ao sector - Desenvolvimento de novas tecnologias - Possibilidade de utilização de plataformas de produção para fins de vigilância/recolha de dados (meteorológicos, correntes, vida marinha, contaminantes, ...). 	<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> - Contexto internacional desfavorável/oscilação do preço do petróleo - Conflitos de interesse com o exercício de outras actividades (turismo, ambiente, pescas, energias eólica, ondas, ...) - Risco de impacte ambiental (todavia, estatisticamente o risco é mínimo) - Existência de outros países, com potencial petrolífero semelhante ao nosso, a concorrerem aos investimentos das empresas do sector - Dificuldade na cooptação de recursos humanos especializados - Decisões exógenas não atempadas.

2.1.13 - Recursos Geológicos/Minerais não Energéticos

MEID

<p>Pontos fortes</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grande área de jurisdição nacional sobre o subsolo/solo marinho - Enorme diversidade geológica 	<p>Pontos fracos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Financiamentos elevados para concretizar projectos de investigação - Insuficiente articulação entre os sectores
---	--

<ul style="list-style-type: none"> - Recursos geológicos do domínio público com potencial aproveitamento económico (ex: sulfuretos polimetálicos, areias e agregados, crostas e nódulos de Fe-Mn, etc.) - Procura no offshore de recursos minerais inexistentes ou escassos no espaço nacional terrestre - Interesse de investidores na investigação de recursos geológicos - A mais valia de outros sectores pelo conhecimento científico sobre os recursos geológicos 	<p>económico, científico e outras instituições</p> <ul style="list-style-type: none"> - Insuficientes meios operacionais tanto para a investigação científica como para eventuais actividades económicas - Insuficiente troca de informação entre Instituições que auxiliem a tomada de decisão - Ideias pré-concebidas relativamente ao aproveitamento económico dos recursos minerais - Falta de formação especializada por parte das Instituições da Tutela
<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> - Concepção de uma abordagem entre Instituições de forma a maximizar os dados de informação e os meios operacionais - Participação entre Instituições e agentes económicos na investigação científica e tecnológica - Desenvolvimento científico e tecnológico baseado nos princípios da sustentabilidade - Promoção de iniciativas empresariais nas várias áreas relacionadas com os recursos geológicos - Apoio da Tutela na promoção e implementação da estratégia definida - Divulgação das várias actividades de investigação pelas diversas Instituições - Obtenção de maior capacidade de intervenção com transferência de conhecimento adquirido a nível internacional - Levantamento o mais exaustivo possível sobre os recursos geológicos existentes no offshore, envolvendo parcerias entre Laboratórios do Estado, Universidades e Empresas - Agilização dos processos de tomada de decisão 	<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pouca disponibilidade de meios financeiros, no Plano Nacional, para apoio de iniciativas no domínio dos recursos geológicos offshore - Pouco conhecimento sobre os recursos geológicos existentes no offshore e concomitante subestimado interesse - Competição pelos Estados Membros por esta área de investigação e eventual exploração - Legislação pouco adequada neste domínio - Falta de articulação entre Instituições podendo originar impedimentos em termos operativos

2.1.14 - Património Cultural Subaquático

MC

<p>Pontos fortes</p> <ul style="list-style-type: none"> - As tradições náuticas de Portugal expressas na época dos Descobrimentos e da Expansão 	<p>Pontos fracos</p> <ul style="list-style-type: none"> - A área de gestão do PCS nacional não tem um enquadramento orgânico adequado
---	---

<p>marítima, traduzem-se no facto de o mar ser um dos pilares da identidade cultural portuguesa</p> <ul style="list-style-type: none"> - A actualidade das temáticas relacionadas com os Oceanos e o meio aquático em geral - A inclusão do Património Cultural Subaquático (PCS) como âmbito patrimonial das políticas de sustentabilidade ambiental a partir dos anos 90 - A existência na Administração do Estado, desde há uma década, de um sector específico vocacionado para a gestão global do PCS, o qual, dado o panorama nacional, tem tido um papel organizador, normalizador, dinamizador e formador central no seu âmbito específico - A área de gestão do PCS nacional tem um assinalável prestígio nacional e internacional, nomeadamente expressa em programas de cooperação internacional e em participações em projectos da UE - A importância e notoriedade nacional e internacional das numerosas descobertas de importantes vestígios do PCS em Portugal, e de origem portuguesa no mundo inteiro, resultantes da grande densidade de vestígios do PCS de todas as nacionalidades em águas portuguesas, e de navios portugueses em todo o mundo - A importância da “massa crítica” nacional especializada na área da arqueologia náutica e subaquática e o seu reconhecimento internacional - A grande curiosidade do público em geral para com as questões relacionadas com o PCS - A grande curiosidade dos mergulhadores amadores pelo PCS - A grande apetência da comunicação social para com as actividades e descobertas de vestígios do PCS - O facto de diversos sectores, entidades e instituições da Marinha (Armada) estarem muito sensibilizados sobre as problemáticas do PCS - O facto de Portugal ter adoptado premonitoriamente os princípios da Convenção da UNESCO de 2001 e de ter sido um dos seus principais impulsionadores à escala internacional, tendo sido, aliás, um dos 	<ul style="list-style-type: none"> - A área de gestão do PCS nacional carece actualmente dos meios humanos e materiais necessários para o cumprimento cabal das suas atribuições e competências - Ter havido ao longo da década de existência da área de gestão do PCS, uma progressiva e radical diminuição de recursos humanos e materiais - Esta área de gestão ter deixado de ter capacidade para desenvolver acções de formação e sensibilização práticas, como era sua rotina até recente data - A Arqueologia náutica e subaquática apenas figura numa única universidade em Portugal como elemento curricular de base obrigatório (a nível de Licenciatura) - Em contrapartida, a Arqueologia náutica e subaquática figura em diversas universidades a nível de Pós-graduações e Mestrados, sem que as mesmas proporcionem uma formação curricular de base (Licenciatura) em Arqueologia ou em Arqueologia náutica e subaquática - A falta de saídas profissionais na área da arqueologia náutica e subaquática - A raridade dos programas de intervenção no terreno na área da arqueologia náutica e subaquática, susceptíveis de proporcionarem estágios práticos de formação científico-profissional - Não existir uma acção coordenada da parte dos 4 ministérios fundamentais na área do PCS – MC, MNE, MDN, MAI - A falta de actualização do enquadramento legal do sector, em numerosos âmbitos, como no da regulamentação da Convenção da UNESCO, no da área das actividades marítimo-turísticas que intersectam a área do PCS, ou mesmo no da nova legislação sobre o mergulho amador, nomeadamente no que concerne os acessos a maiores profundidades resultantes das inovações tecnológicas cujo uso se encontra legalmente enquadrado - A tradição legislativa portuguesa, particularmente permissiva (nomeadamente e especialmente) no caso de crimes contra o património cultural - A falta de uma tradição nacional de mecenato
--	---

<p>primeiros a ratificá-la (em 2006)</p>	<p>cultural, susceptível de proporcionar, como em muitos países, as actividades e projectos, especialmente neste domínio do PCS, em princípio de grande impacte mediático – facto, aliás, cumulativo com uma legislação nacional pouco atractiva neste domínio</p> <ul style="list-style-type: none"> - Portugal não exercer uma activa política de cooperação na área do PCS, em primeiro plano com os PALOP, alguns dos quais ainda toleram a prática da exploração comercial do PCS jazendo nas águas sob sua soberania ou jurisdição – grande parte deste sendo de origem portuguesa e, por mais forte razão, sendo maioritariamente constituído por vestígios de navios de “Guerra e de Estado”, sobre os quais a jurisprudência internacional reconhece impender o conceito de “Imunidade Soberana” - O Estado português não desenvolver uma política normativa exigente quanto à detenção de bens do PCS que do ponto de vista legal, liminar, constituem sua propriedade (competindo ao Ministro da Cultura definir o seu estatuto de afectação de todo o património arqueológico nacional), uma vez que numerosas entidades públicas e privadas, individuais e colectivas detêm ou fomentam o “branqueamento” da recuperação ilícita de tais bens, para enriquecer as suas colecções à revelia do que se encontra legalmente disposto
<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> - As decorrentes da actualidade das temáticas relacionadas com os Oceanos, os Descobrimentos e a tradição náutica nacional, e com o meio aquático em geral - As decorrentes do prestígio nacional e internacional angariado pela área de gestão do PCS nacional, de que é exemplo recente o caso da cooperação com a Namíbia a propósito do salvamento dos vestígios de um navio português do século XVI, da Carreira da Índia, naufragado na sua costa - O enorme campo de acção nacional e internacional da área temática do PCS, em particular no caso dos PALOP - As decorrentes do grande desenvolvimento actual das actividades marítimo-turísticas centradas sobre o “mergulho em naufrágios” e o seu cada vez maior interesse por uma 	<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os meios aquáticos proporcionarem uma especial “invisibilidade” de qualquer acção ou intervenção sobre o PCS, nomeadamente predatória - A dificuldade de as autoridades de fiscalização marítima exercerem o controlo de actividades predatórias dirigidas ao PCS - Não existir “sensibilidade” e consciência cultural e patrimonial em grande parte dos <i>stakeholders</i> empresariais envolvidos na transformação e uso do leito do mar e dos diversos meios aquáticos, costeiros e ribeirinhos, e em particular portuários (em particular, porque estes meios são justamente, por definição, autênticas “lixeria” históricas, isto é, são os mais importantes Arquivos do património náutico de qualquer país) - Subsistir, e muito lentamente evoluir, no meio

<p>gestão sustentável do PCS, corolário natural do seu sucesso empresarial, nomeadamente expresso no aumento do interesse pelas visitas a “itinerários” arqueológicos subaquáticos, cujos utentes de base são os mergulhadores amadores nacionais e estrangeiros</p> <ul style="list-style-type: none"> - A progressiva sensibilização de Câmaras Municipais litorais para com a questão do PCS, abrindo oportunidades de cooperação – por vezes protocolada – neste domínio 	<p>dos utentes do mar, a mentalidade, a tradição e o hábito de considerar qualquer vestígio do PCS um mero berloque decorativo, quando muito objecto de recordação, um atractivo colecionável, ou mesmo susceptível de constituir uma fonte de receita</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ter havido ao longo da década de existência da área de gestão do PCS nacional, uma progressiva e radical diminuição de recursos humanos e materiais, que além de reduzirem drasticamente a sua capacidade de exercer as suas atribuições e competências, coloca actualmente em risco a sua própria existência - Constituir um elemento cultural de base de qualquer tradição marítima (particularmente no caso dos utentes do mar) a “tradição do segredo”, tema sobre o qual existe uma vasta bibliografia internacional, o que se traduz num factor particularmente nefasto para uma gestão bem informada e sustentável do PCS - Ter o seu PCS em águas de muitos países, nomeadamente dos PALOP, ameaçado pelas razões suprarreferidas em “Pontos fracos” - O previsível aumento permanente e com cada vez maior intensidade de projectos empresariais envolvendo o uso, com ou sem a transformação dos fundos marinhos, o qual não tem correspondência com uma correspondente capacidade de resposta por parte do Estado e da Arqueologia náutica e subaquática portuguesa
---	--

2.1.15 - Ciências e Tecnologias Marinhas

MCTES

<p>Pontos fortes</p> <ul style="list-style-type: none"> - Comunidade científica multidisciplinar com existência de massa crítica em diversas áreas - Existência de um Laboratório de Estado e três Laboratórios Associados e nove Centros de investigação nas áreas de Ciências do Mar - Envolvimento de grupos de investigação em redes internacionais de excelência (p.e. MARBEF), com investigadores portugueses espalhados por todo mundo e presença em Portugal de muitos investigadores internacionais 	<p>Pontos fracos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Financiamento nacional irregular (abertura de concursos da FCT não é anual) - Falta de financiamento para projectos de longo prazo (monitorização), fundamentais para a avaliação dos impactos de alterações climáticas - Falta de aproveitamento de fundos de programas como o MARE, PROMAR (p.e. as regras dificultam ou impossibilitam as candidaturas de grupos de investigação de universidades)
--	---

<ul style="list-style-type: none"> - Campos de estudo diversificados e acessíveis (p.e. Fontes hidrotermais, montes submarinos) e com características espaciais favoráveis (zona de transição biogeográfica) - Existência de infraestruturas de investigação com ampla distribuição nacional (dos Açores ao Algarve) 	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldades burocráticas no licenciamento e autorização para que pequenas embarcações (<10m) adquiridas por laboratórios associados e universidades funcionem para a fins de investigação científica. O licenciamento mais abrangente nestes casos, como embarcações de recreio, não permite, por exemplo, a utilização de artes de pesca como técnicas de amostragem. - Falta de oportunidades de emprego para licenciados e mestrados como técnicos de investigação e de integração de jovens cientistas (doutorados) - Enquadramento legal deficiente para a exploração do património genético associado à biodiversidade marinha (e.g. indústria farmacêutica, cosmética) - Ausência de uma boa articulação, em geral, entre a comunidade científica e a administração e autoridade marítima, resultando numa deficiente estratégia de fundo para a investigação marinha e num subaproveitamento de resultados científicos produzidos - Dificuldade de acesso a tempo de navios de investigação em virtude de custos muito elevados - Indústrias ligadas ao mar (p.e. a Pesca) com pouco investimento em investigação científica por parte das Instituições da Tutela
<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> - Programas europeus (p.e. FP 7) - Ligação interna e internacional com cursos de Mestrado e de Doutoramento - Cooperação com Brasil e PALOP - Financiamento privado de programas de investigação (e.g. EDP, BES) 	<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dependência (cada vez maior) no futuro de programas europeus de financiamento (p.e. FP 7) - Falta de financiamento nacional para investigação - Falta de emprego científico

2.2 - ANÁLISES SWOT TEMÁTICAS (*WORKSHOPS*)

As análises SWOT obtidas no decorrer dos *workshops* Temáticos constam do Anexo 1 - “Síntese dos *Workshops*”. Estas análises correspondem a uma contribuição, dos especialistas que estiveram presentes e, por conseguinte, não são necessariamente coincidentes com a posição institucional de cada sector, apresentada no ponto anterior.

3 - ESTRATÉGIAS/APOSTAS ESTRATÉGICAS SECTORIAIS COM INCIDÊNCIA NO ESPAÇO MARÍTIMO

3.1 - DESCRIÇÃO GERAL

Estas estratégias/apostas estratégicas correspondem assim às estratégias que deverão ser consideradas por cada sector e/ou actividade, para que sejam bem sucedidos no Espaço Marítimo.

Tendo presente a metodologia apresentada na Introdução, foram identificados quatro tipos de estratégias/apostas estratégicas:

Estratégias/apostas estratégicas de Coesão, destinadas a impedir que os pontos fracos sejam susceptíveis às ameaças externas.

Estratégias/apostas estratégicas de Sustentabilidade, destinadas a reforçar o reforçar os pontos fortes, de forma a reduzir a sua vulnerabilidade a essas ameaças.

Estratégias/apostas estratégicas de Mudança, que visam alterar e/ou ultrapassar os pontos fracos, permitindo atingir as oportunidades detectadas.

Estratégias/apostas estratégicas de Competitividade que pretendem consolidar ou enriquecer os pontos fortes de forma a tirar o maior partido das oportunidades existentes

Estas estratégias/apostas estratégicas sectoriais, foram obtidas a partir dos Factores Chave sectoriais que resultaram da leitura cruzada das análises SWOT. Tendo presente que, para além das análises SWOT preparadas pelos representantes da EM, foi feito um exercício idêntico no âmbito dos *workshops* temáticos, optou-se por, numa primeira fase, identificar as apostas estratégicas em dois grupos.

O primeiro grupo, que se apresenta em seguida, inclui as “Estratégias/apostas estratégicas institucionais” que foram obtidas a partir das análises SWOT institucionais.

O segundo grupo, “estratégias/apostas estratégicas complementares” corresponde à leitura cruzada das análises SWOT elaboradas no âmbito dos *workshops* temáticos, sendo apenas apresentadas aquelas que, de alguma forma, complementam as estratégias/apostas estratégicas institucionais. Note-se que, tal como acima referido (ponto 2.2), este grupo corresponde à contribuição dos especialistas presentes nos *workshops*, e que, por essa razão, não será necessariamente coincidente com a posição institucional de cada sector.

3.2 - ESTRATÉGIAS/APOSTAS ESTRATÉGICAS INSTITUCIONAIS

3.2.1 - Zonas Costeiras

de coesão

- Assegurar uma estrutura de articulação entre entidades.
- Dar prevalência ao cumprimento das disposições legais em matéria do domínio hídrico.
- Minimizar a probabilidade de ocorrerem sinistros marítimos e outros perfis de ameaças ambientais decorrentes de actividades ilícitas.

de sustentabilidade

- Ordenar o conjunto de actividades emergentes.
- Promover mecanismos de articulação entre diferentes sectores.
- Valorizar e aplicar as orientações nacionais e comunitárias para a utilização sustentada do espaço marítimo, incluindo os Instrumentos de Gestão do Território que estabelecem o zonamento da orla costeira (POOC).
- Adaptar os Instrumentos de Gestão do Território que estabelecem o zonamento da orla costeira (POOC), de forma a minimizar os efeitos das alterações climáticas.

de mudança

- Promover o planeamento associado ao espaço marítimo.
- Clarificar o modo de articulação e compatibilização entre as diferentes utilizações do espaço marítimo.
- Assegurar a implementação articulada da DQA e DQEM e dos objectivos a atingir.

de competitividade

- Valorizar a extensão do espaço marítimo através da sua assumpção como pilar estruturante da política para o mar.
- Potenciar o conjunto de actividades emergentes.
- Promover o conhecimento integrado do espaço marítimo.
- Potenciar a articulação entre o espaço marítimo e zona costeira na perspectiva da complementaridade de usos e numa óptica de planeamento e gestão integrados.

3.2.2 - Conservação da Natureza e da Biodiversidade

de coesão

- Aumentar e aprofundar o conhecimento (nomeadamente sobre o estado de conservação das espécies e habitats marinhos).
- Aumentar os recursos humanos e financeiros, os meios de gestão e fiscalização e a coordenação interna.
- Procurar e promover a sustentabilidade do consumo dos recursos marinhos.
- Promover a aplicação dos Programas INTERREG e QREN.
- Assegurar um melhor domínio da agenda política dos Assuntos do Mar.

de sustentabilidade

- Aplicar os normativos comunitários (com especial destaque para a Rede Natura 2000 e DQEM), outros compromissos internacionais (como a Convenção OSPAR) e a Estratégia Nacional para o Mar.
- Promover o ICNB como entidade competente em matéria de conservação da natureza e biodiversidade marinha.
- Tirar partido da dimensão da Zona Económica Exclusiva.
- Assegurar a coordenação interna e a liderança entre sectores (intra e intergovernamental).

de mudança

- Promover a capacidade de comunicação com o exterior e a mobilização do público para com o meio marinho.
- Rever os anexos das Directivas Aves e Habitats.
- Promover uma maior cooperação com as Regiões Autónomas, a sinergia com outras entidades e a colaboração da comunidade científica.
- Promover a gestão sustentável dos recursos no âmbito da Política Comum de Pesca.
- Atribuir valor económico à biodiversidade e fomentar actividades económicas sustentáveis.
- Promover a integração sectorial (abordagem ecossistémica).
- Minimizar os efeitos das alterações climáticas.

de competitividade

- Aproveitar a colaboração da comunidade científica.
- Dinamizar a designação de Áreas Protegidas Marinhas.
- Destacar o valor intrínseco e o valor económico da biodiversidade marinha.
- Estender a Rede Natura 2000 ao meio marinho.
- Concretizar os projectos em curso (*Important Bird Areas* marinhas, M@RBIS, Áreas Protegidas Marinhas costeiras).

3.2.3 - Soberania e Defesa Nacional e Segurança Marítima

de coesão

- Assegurar a integração dos instrumentos de exercício da autoridade do Estado.
- Ampliar a capacidade logística e de material.
- Ampliar os quadros para o exercício da Autoridade Marítima (fiscalização, vigilância e aplicação de medidas de polícia).
- Rever a coordenação/interacção entre forças e serviços de segurança, em missões policiais nos espaços marítimos sob soberania nacional, e a dispersão de legislação.

de sustentabilidade

- Ampliar a capacidade da Marinha e da Força Aérea para vigiar, monitorizar e controlar o espaço marítimo.
- Adequar o empenho do pessoal da Marinha e do Ministério da Defesa Nacional.
- Rever o modelo cultural e jurídico de exercício da Autoridade Marítima.
- Valorizar a GNR como força policial de cariz militar, versátil, identificada com as necessidades das populações e vocacionada para a interacção com estas.
- Tirar partido dos equipamentos especiais e da experiência e conhecimento que a GNR detém para vigilância da costa e mar territorial e prevenção e combate a actividades ilícitas.

de mudança

- Aproveitar os recursos de forma multidisciplinar.
- Adequar os meios navais.

- Organizar o espaço marítimo.
- Criar uma entidade, que promova a integração, coordenação e interacção entre forças e serviços de segurança em missões policiais que actuam no espaço marítimo sob soberania nacional.
- Criar legislação que garanta o acesso e uso gratuito de instalações portuárias, marinas, etc., às autoridades do Estado.

de competitividade

- Valorizar o papel da Marinha, e a experiência de Mar do seu pessoal e do Ministério da Defesa Nacional.
- Dotar a Marinha de meios navais adequados às necessidades e associados ao aproveitamento de recursos numa perspectiva de multidisciplinaridade.
- Aproveitar o modelo cultural e jurídico de exercício da Autoridade Marítima.
- Ampliar as potencialidades e capacidades da GNR, designadamente através da implementação do SIVICC (Sistema integrado de vigilância comando e controlo) e da sua interligação ao sistema VTS.

3.2.4 - Pescas e Aquicultura

de coesão

- Assegurar o envolvimento de produtores na comercialização dos seus produtos.
- Intensificar e melhorar a organização e representatividade das estruturas associativas.
- Reduzir/eliminar a pesca IUU.
- Encontrar formas de melhorar os custos operacionais de produção.
- Encontrar formas de redução dos efeitos das alterações climáticas e da poluição das águas nos recursos.
- Promover a melhoria das condições de operacionalidade das embarcações e a redução da idade média de alguns segmentos da frota de pesca.
- Controlar a vulnerabilidade de alguns “stocks” à fragilidade dos ecossistemas e à pressão das pescarias.
- Identificar formas de melhorar a produção aquícola (diversificando as espécies e aumentando o volume global da produção).

- Melhorar a capacidade de gestão, inovação e introdução de novas tecnologias das inúmeras pequenas empresas familiares.
- Aumentar o auto-abastecimento de pescado e minimizar a dependência do mercado externo no escoamento de alguns produtos da pesca.
- Melhorar a atractividade do sector para os jovens e reduzir a dificuldade de recrutamento de mão-de-obra.

de sustentabilidade

- Aproveitar as condições naturais para o desenvolvimento da aquicultura, nomeadamente em *offshore*.
- Potenciar a rentabilização das empresas de transformação e apostar nas técnicas de produção tradicionais e artesanais para mercados de qualidade.
- Manter a elevada integração das fileiras da sardinha e do atum e promover a integração de novas espécies.
- Ampliar o conhecimento científico e técnico e preservar a tradição da actividade da pesca.
- Valorizar a existência de recursos diversificados e com valor comercial e a abundância de pelágicos usados na indústria transformadora.
- Potenciar a existência de uma frota de pesca com um bom grau de adequação da respectiva capacidade aos recursos e com alguns segmentos suficientemente especializados.
- Aproveitar a existência de investigação científica aplicada e de especialistas nas diferentes áreas.
- Aproveitar a extensa Zona Económica Exclusiva (ZEE).

de mudança

- Promover a valorização dos produtos da pesca com uma aposta na qualidade e certificação dos produtos.
- Fomentar as áreas protegidas marinhas contribuindo para a protecção dos recursos e para o desenvolvimento de actividades económicas complementares da pesca comercial.
- Desenvolver os conhecimentos científicos no domínio da pesca e dos mares.
- Aumentar a procura de produtos da pesca, nomeadamente pré-confeccionados e outras apresentações.

- Promover o ordenamento das zonas costeiras criando condições mais favoráveis para o desenvolvimento da aquicultura.

de competitividade

- Potenciar o elevado consumo *per capita* de pescado.
- Valorizar os produtos da pesca, apostando na qualidade e certificando os produtos.
- Promover o desenvolvimento da aquicultura, nomeadamente em *offshore* valorizando as condições naturais existentes e simplificando o licenciamento da actividade.
- Dinamizar as empresas de transformação e apostar nas técnicas de produção tradicionais e artesanais para mercados de qualidade.
- Potenciar o conhecimento dos pescueiros e tradição da actividade da pesca associados à grande ligação ao mar e gosto nas actividades marítimas da população em geral.
- Promover os recursos com valor comercial e valorizar a abundância de pelágicos com utilização na indústria transformadora.
- Introduzir novas tecnologias (segurança, melhorias ambientais e redução de consumo).
- Fornecer produtos seguros, produzidos de forma ambientalmente sustentável e de grande frescura.
- Aproveitar a existência de investigação científica aplicada e de especialistas nas diferentes áreas.
- Valorizar a existência de estruturas portuárias, de investigação e de formação disseminadas pelo território.

3.2.5 - Navegação, Transportes Marítimos e Infraestruturas Portuárias

de coesão

- Promover o mercado dos serviços portuários nacionais com vista a aumentar a sua procura.
- Reforçar as acessibilidades aos portos, assegurando acessibilidades rodo-ferroviárias adequadas aos principais portos e melhorando as condições de navegabilidade ao longo da costa, o acesso flúvio-marítimo aos portos e a navegação fluvial.
- Desenvolver regulamentação, aplicar instrumentos de planeamento portuário eficazes e promover a simplificação de procedimentos e a integração modal de fluxos informacionais.

- Conferir atratividade ao Registo Nacional de Navios.
- Fiscalização e monitorização eficiente do cumprimento das regras no âmbito da segurança marítima.
- Divulgação e formação na área da segurança marítima.

de sustentabilidade

- Tirar partido da localização de Portugal na convergência de rotas transatlânticas.
- Aproveitar a existência de infraestruturas portuárias modernas e com capacidade disponível.
- Assegurar a quota do mercado do transporte marítimo, tirando partido da disponibilidade de tráfegos cativos em razão do tipo de mercadorias ou da origem.
- Acelerar a modernização em curso do quadro legal e regulamentar do sector.
- Reverter, em favor do Sistema Portuário Nacional as ligações rodoviárias facilitadas a Espanha.
- Criação de centros de conhecimento em ID&I.

de mudança

- Aproveitar as políticas europeias de transportes e ambiente que favorecem o desenvolvimento do transporte marítimo, Auto-Estradas do Mar e TMCD.
- Afirmar uma dimensão estratégica dos portos nacionais.
- Acelerar a integração multimodal e logística, designadamente o desenvolvimento da Rede Nacional de Plataformas Logísticas e as parcerias para o abastecimento dos portos secos em Espanha.
- Melhorar a exploração, em termos de mercado, das relações privilegiadas com os PALOP.

de competitividade

- Potenciar a localização de Portugal na convergência de rotas transatlânticas, as características do porto de Sines para navios *deep sea* e a sua capacidade disponível e as ligações rodoviárias facilitadas a Espanha.
- Potenciar a existência de infraestruturas portuárias modernas e a capacidade disponível na generalidade dos portos nacionais e de expansão em alguns portos.

3.2.6 - Construção e Reparação Naval de Navios

de coesão

- Rever a estrutura salarial e o regime de contratação laboral.
- Assegurar a decisão e definição políticas necessárias à reestruturação do sector de pequena e média dimensão e ao aumento da ligação entre o sector privado e o sector público (incluindo a Defesa).
- Promover apoios e incentivos financeiros inteligentes e facilitar o acesso ao crédito por parte de armadores e estaleiros de construção naval.

de sustentabilidade

- Valorizar a longa tradição histórica e a existência de mão-de-obra qualificada e de infraestruturas adequadas e com capacidade tecnológica para ser uma indústria chave para as demais actividades marítimas.
- Promover uma visão estratégica para o sector da indústria naval e para todo o sector económico ligado ao Mar, incluindo a constituição de uma “Reserva estratégica” da Marinha de Guerra e da Marinha Mercante portuguesa.
- Valorizar o prestígio e credibilidade a nível mundial, a imagem de qualidade da actividade de reparação naval nacional e a localização geográfica privilegiada.
- Valorizar a larga experiência na construção de vários tipos de navios, a boa base tecnológica e de qualidade e a boa imagem na construção de navios de carga.

de mudança

- Promover a investigação, as ligações ao meio universitário e a criação de centros de conhecimento aplicado.
- Aumentar a produtividade através da criação de redes de subcontratação e do rejuvenescimento dos RH.
- Aumentar a ligação entre o sector privado e o sector público (incluindo a Defesa) e o domínio do processo industrial.
- Ampliar a dimensão diminuta do mercado nacional, tirando partido do crescimento do comércio internacional por via marítima, auto-estradas do mar e da necessidade de renovação das frotas.
- Assegurar a decisão e a definição políticas na reestruturação do sector de pequena e média dimensão para participar na Estratégia de Desenvolvimento da Base Tecnológica e Industrial de Defesa (nacional e europeia).

- Criar sinergias para aumentar a característica tractora da indústria de construção naval e a incorporação de produto nacional em materiais e equipamentos fornecidos para o produto final.
- Desenvolver sistemas avançados de financiamento e garantia - pré-entrega e garantia de reembolso, e aprovar o Regime de incentivos à inovação, já em vigor nos Estados Membros.
- Dinamizar uma maior cooperação e integração dos estaleiros navais europeus de construção naval.
- Melhorar o dinamismo do armamento nacional e consolidar a posição em nichos de mercado de maior complexidade (navios militares, químicos especiais, navios de grande velocidade, transporte de passageiros e científicos).

de competitividade

- Formar centros de conhecimento.
- Responder a mercados diversificados como a construção de protótipos para a exploração da energia das ondas, através da criação de redes de subcontratação e do desenvolvimento de ligações estreitas entre as empresas e a universidade.
- Reforçar a quota do mercado nacional de construção naval, nomeadamente nas áreas do transporte de passageiros, militar e transporte de produtos químicos, da modernização da Marinha de Guerra portuguesa e consolidar a posição em nichos de mercado de maior complexidade (navios militares, químicos especiais, navios de grande velocidade, transporte de passageiros e científicos).
- Fidelizar clientes e criar parcerias com fabricantes internacionais de equipamentos como forma de alargar *know-how* específicos.
- Criar novas ferramentas e organizações lineares e flexíveis, na área da reparação naval.

3.2.7 - Turismo Náutico

de coesão

- Assegurar a disponibilização de informação sistematizada sobre a actividade náutica.
- Aumentar a capacidade de oferta das marinas e portos de recreio e assegurar a melhoria da qualidade dos serviços prestados.
- Criar instalações e serviços com boa capacidade de acolhimento para o mercado de cruzeiros.

de sustentabilidade

- Valorizar o papel da consolidada oferta das marinas do Algarve.
- Promover a crescente dinamização de eventos náuticos de âmbito internacional e os apoios financeiros a projectos empresariais.

de mudança

- Requalificar em termos físicos e os serviços de acolhimento prestados aos turistas pelas marinas e portos de recreio existentes.
- Promover a criação de uma base de dados única e com informação sistematizada sobre a actividade náutica e a monitorização do desenvolvimento da oferta e da procura.
- Assegurar a valorização paisagística e ambiental das zonas costeiras.
- Promover uma maior articulação entre a actividade portuária/frentes de mar e os núcleos urbanos, dinamizando a integração das instalações dos portos de recreio nas localidades.
- Ampliar as valências existentes em Portugal no âmbito do turismo de cruzeiros.
- Desenvolver novas actividades como a dos *charters*, o mercado de hibernação e serviços associados.
- Incrementar a procura do mercado interno (adesão de praticantes residentes).
- Estimular o desenvolvimento das áreas de construção, manutenção e reparação naval (mão-de-obra tradicional e “de ponta”)
- Promover as actividades relacionadas com a náutica, através de canais especializados em função dos públicos-alvo.

de competitividade

- Tirar partido das taxas de crescimento previstas de 8% a 10% ao ano para o Turismo Náutico.
- Promover as valências existentes em Portugal no âmbito do turismo náutico - terminais de cruzeiros, oferta consolidada das marinas do Algarve, e tirar partido de uma vasta costa marítima com uma localização geográfica e condições físicas favoráveis para a instalação de infraestruturas de apoio (postos de acostagem).
- Aproveitar um mercado de aproximadamente 3 milhões de viagens internacionais por ano na Europa, com uma taxa de crescimento anual elevada e gastos por pessoa de €80 a €500 euros por dia.

- Potenciar a criação de pacotes turísticos que associem ao turismo e recreio náuticos actividades culturais no mar ou em terra, a crescente dinamização de eventos náuticos de âmbito internacional e os apoios financeiros a projectos empresariais.

3.2.8 - Desportos Náuticos

de coesão

- Criar infraestruturas e pontos de apoio aos desportos náuticos.
- Aumentar os apoios financeiros e logísticos.
- Aumentar a oferta desportiva, face a outras actividades mais atractivas do ponto de vista do desenvolvimento económico.
- Assegurar a regulamentação e regulação da vertente recreativa da prática de desportos náuticos.
- Aumentar a expressão do Associativismo.
- Aumentar o número de quadros técnicos qualificados.

de sustentabilidade

- Promover a articulação e a integração entre a grande diversidade de entidades com competências no espaço marítimo e entre a disparidade de regras a aplicar nesse espaço.
- Agilizar a máquina burocrática.
- Rever os POOC.

de mudança

- Identificar novas fontes de financiamento.
- Reforçar o peso económico assente em bens e serviços associado ao desporto náutico.
- Potenciar novas oportunidades para a prática de desportos náuticos.

de competitividade

- Valorizar a prática de desportos náuticos como um produto turístico
- Potenciar a “clusterização” das actividades
- Valorizar uma nova cultura ambiental associada ao desporto náutico

- Potenciar o ordenamento e regulamentação do espaço marítimo
- Aproveitar o reforço do peso económico assente em bens e serviços associado ao desporto náutico de forma a tirar partido da disponibilidade de um recurso natural de excelência
- Valorizar o interesse crescente das populações pelo Espaço Marítimo e pelos desportos náuticos.

3.2.9 - Energia das Ondas

de coesão

- Minimizar os riscos inerentes e com exigências financeiras significativas associados à tecnologia ainda em fase de desenvolvimento, até se atingir uma fase de viabilidade económica.
- Aumentar o interesse da indústria nacional.
- Reduzir a imagem de tecnologia difícil e ainda em desenvolvimento.
- Minimizar as dificuldades técnicas associadas a um ambiente (marítimo) por vezes muito adverso.
- Definir e acelerar os processos de licenciamento simplificando e abreviando procedimentos.
- Minimizar os impactos resultantes dos pontos de ligação à rede eléctrica nacional.

de sustentabilidade

- Aproveitar a disponibilidade vantajosa do recurso energético, apenas excedido a nível mundial em algumas outras zonas costeiras.
- Enfrentar o desenvolvimento de outras energias, como a eólica e a fotovoltaica.
- Aproveitar a disponibilidade de portos e estaleiros navais próximos dos locais de instalação dos dispositivos de extracção de energia das ondas).
- Potenciar a capacidade científica, tecnológica e industrial de institutos do Estado, universidades e estaleiros navais.
- Aproveitar as instituições de investigação activas e empenhadas, com reconhecimento internacional e com experiência desde a fase de concepção até à fase de construção e operação.

- Aproveitar a participação na maioria dos projectos de I&D comunitários e nacionais.
- Aproveitar a existência de um número significativo de empresas portuguesas interessadas que se associaram a instituições de I&DT, articulando-se de forma organizada com aquelas instituições.
- Tirar partido da tarifa de preço especial estabelecido pelo Governo português que coloca o país numa posição única no panorama internacional.
- Aproveitar as facilidades na obtenção de pontos de ligação à rede eléctrica e garantia de compra da energia eléctrica produzida.

de mudança

- Aproveitar as sinergias associadas ao desenvolvimento de tecnologias oceânicas com aplicação na exploração de outros recursos marinhos e oceânicos.
- Minimizar a interferência com as actividades piscatórias e outras actividades marinhas e prever sistemas de compensação.
- Desenvolver a economia e do mercado de trabalho em decorrência do surgimento de uma nova actividade industrial com grande potencial interno e de exportação a nível mundial.
- Desenvolver tecnologias oceânicas com aplicação na exploração de outros recursos marinhos e oceânicos.
- Criar oportunidades para empresas industriais com actividade na área dos equipamentos de energia, nomeadamente equipamentos mecânicos e eléctricos e para os estaleiros navais e indústria associada.

de competitividade

- Aproveitar as características físicas (batimétrica dos cinquenta metros e pontos de ligação à rede eléctrica muito próximas da costa).
- Minimizar os custos de instalação, manutenção e funcionamento das centrais.
- Valorizar a formação académica.
- Incentivar o desenvolvimento do aproveitamento da energia das ondas.
- Promover o financiamento através de Programas de I&DT.
- Contribuir para a produção de energia eléctrica por fontes renováveis.
- Potenciar a criação da Zona Piloto para a energia das ondas destinada à instalação de unidades em tamanho real para testes em condições reais de funcionamento.

3.2.10 - Energia Eólica *Offshore*

de coesão

- Dinamizar estudos que permitam determinar com suficiente rigor quais os sítios mais favoráveis.
- Criar legislação específica que regule a instalação de parques eólicos *offshore*.
- Identificar os impactos ambientais potenciais contribuindo para a criação de legislação específica.
- Caracterizar a interferência com as actividades piscatórias e outras actividades marinhas.
- Estudar as necessidades do transporte da energia, por cabo submerso, até aos pontos de interligação à rede em terra.
- Criar um tarifário específico que tenha em conta os custos de instalação e de operação/manutenção da energia eólica *offshore* superiores aos das instalações em terra e o elevado capital intensivo e de risco elevado.

de sustentabilidade

- Aproveitar a existência em Portugal de áreas *offshore* de dimensões apreciáveis, com possibilidades de implementação de grandes projectos de produção de energia eléctrica de base renovável.
- Tirar partido dos ventos com velocidades em Mar aberto superiores à média das instalações em terra e que, geralmente, aumentam com a distância à costa e caracterizados por menores índices de turbulência que os verificados em terra.
- Potenciar os custos ambientais competitivos e a imagem pública apelativa, ligada à modernidade e à defesa do ambiente.
- Tirar partido do facto de os custos de produção da eólica *offshore* serem mais baixos do que os de geração de energia nuclear e serem competitivos e muito mais estáveis do que os da queima de combustíveis fósseis, se nestes forem considerados os custos ambientais.
- Potenciar a possibilidade da utilização das instalações para outros fins, designadamente as relacionadas com a vigilância da costa e do tráfego marítimo.

de mudança

- Apostar em parcerias entre autarquias e grupos de investimento, que resultem na geração de benfeitorias, receitas e emprego.
- Aproveitar o facto de o potencial eólico no Mar aberto de Portugal ser várias vezes superior ao total do potencial hidroeléctrico do país, já utilizado ou por utilizar.
- Minimizar a interferência com as actividades piscatórias e outras actividades marinhas e prever sistemas de compensação.
- Contornar o ambiente hostil em que estas instalações se edificam, e que aumenta as necessidades de manutenção e diminui a sua fiabilidade, através da catalisação de actividades de investigação e desenvolvimento de tecnologias de ponta para as universidades portuguesas.
- Possibilitar ao Estado dispor da massa crítica negocial para impor a instalação no país das diversas indústrias afins, de serem criados milhares de postos de trabalho e de serem reactivadas as instalações portuárias sub-aproveitadas.

de competitividade

- Contribuir para satisfazer a procura de energia eléctrica, recorrendo a fontes de onde não resulte a emissão de gases que contribuem para o efeito de estufa e que contribuam para a satisfação dos compromissos do Protocolo de Quioto, no longo prazo.
- Aproveitar a perspectiva de relevância do montante do investimento que possibilita ao Estado português dispor da massa crítica negocial para impor a instalação no país das diversas indústrias afins.
- Aproveitar a evolução dos custos da tecnologia no sentido positivo, que aumenta a competitividade a curto prazo e a existência de empresas interessadas em investir nesta tecnologia.
- Catalisar actividades de investigação e desenvolvimento de tecnologias de ponta para as universidades portuguesas e demais instituições de I&D.

3.2.11 - Pesquisa e Exploração de Petróleo

de coesão

- Incentivar as actividades de pesquisa e recolha de dados relativos às bacias sedimentares portuguesas, em particular no *deep offshore*, para obter um melhor conhecimento do seu potencial petrolífero.

- Superar conflitos de interesse que eventualmente possam surgir com o exercício de outras actividades (turismo, ambiente, pescas, energias eólica, ondas, ...) e evitar riscos de impacte ambiental.
- Agilizar os processos/atribuição de direitos, atenuando efeitos de contexto internacional desfavorável e de decisões exógenas não atempadas.

de sustentabilidade

- Promover a legislação petrolífera favorável e fiscal competitiva e o conhecimento existente do potencial petrolífero, atenuando a concorrência de outros países com potencial petrolífero semelhante ao nosso, aos investimentos das empresas do sector.
- Tirar partido da extensa área sedimentar - uma das maiores da Europa - e do seu potencial petrolífero.
- Valorizar a existência de dados e estudos de avaliação geológica e geofísica, resultantes das actividades das empresas, no *offshore* e, recentes, no *deep offshore*.
- Valorizar a existência de uma unidade orgânica competente com técnicos especializados e meios informáticos actualizados específicos para integração e interpretação de dados geológicos e geofísicos.
- Utilizar tecnologia avançada e eficaz pelas empresas, respeitando regras internacionais para o sector, evitando o risco de impacte ambiental e contrariando a percepção pública de risco ambiental.

de mudança

- Melhorar o conhecimento das bacias sedimentares e do seu potencial petrolífero.
- Proporcionar o interesse das empresas para a pesquisa e exploração, através da promoção do conhecimento existente e das condições favoráveis/attractivas para o exercício dessas actividades.
- Utilizar os dados e estudos geológicos e geofísicos, obtidos no âmbito da pesquisa e exploração, para outros estudos técnico-científicos.
- Possibilitar a utilização de plataformas de produção para fins de vigilância/recolha de dados (meteorológicos, correntes, vida marinha, contaminantes, ...).
- Reduzir a dependência energética do país, com a conseqüente diminuição das importações, o aumento das receitas do Estado e a criação de postos de trabalho.

de competitividade

- Aproveitara legislação petrolífera e fiscal competitiva.

- Concorrer para a descoberta de campo(s) de petróleo economicamente viável(is).
- Desenvolver projectos multidisciplinares para realização de estudos especializados.
- Potenciar a criação e/ou desenvolvimento de indústrias de apoio ao sector e o desenvolvimento de novas tecnologias.
- Utilizar os dados e estudos geológicos e geofísicos, obtidos no âmbito da pesquisa e exploração, para outros estudos técnico-científicos.
- Potenciar a utilização de tecnologia avançada e eficaz pelas empresas.
- Potenciar a valorização profissional de quadros técnicos especializados.
- Incentivar a pesquisa e exploração de petróleo sem custos para o Estado, sendo o investimento totalmente suportado pelas empresas.
- Aproveitar o petróleo ser a principal fonte de energia e ser essencial para a petroquímica e existência do complexo petroquímico de Sines.

3.2.12 - Recursos Geológicos/Minerais não Energéticos

de coesão

- Procurar formas de financiamento para concretizar projectos de investigação e apoio de iniciativas no domínio dos recursos geológicos *offshore*.
- Estimular a articulação entre os sectores económico, científico e outras instituições.
- Assegurar a articulação entre instituições.
- Promover a formação especializada junto das instituições da tutela e a partilha de informação entre instituições.

de sustentabilidade

- Aproveitar a grande área de jurisdição nacional sobre o subsolo/solo marinho e a sua enorme diversidade geológica.
- Explorar os recursos geológicos do domínio público com potencial aproveitamento económico (ex: sulfuretos polimetálicos, areias e agregados, crostas e nódulos de Fe-Mn, etc.).
- Dinamizar a procura no *offshore* de recursos minerais inexistentes ou escassos no espaço nacional terrestre.
- Aumentar o interesse de investidores na investigação de recursos geológicos.

- Aproveitar a mais valia de outros sectores pelo conhecimento científico sobre os recursos geológicos promovendo a articulação entre instituições.

de mudança

- Conceber uma abordagem entre instituições, que permita maximizar os dados de informação e os meios operacionais e aumentar a participação entre Instituições e agentes económicos na investigação científica e tecnológica, e da promoção de iniciativas empresariais nas várias áreas relacionadas com os recursos geológicos.
- Assegurar o apoio da tutela na promoção e implementação da estratégia definida e da divulgação das várias actividades de investigação pelas diversas instituições.
- Contrariar as ideias pré-concebidas relativamente ao aproveitamento económico dos recursos minerais.
- Assegurar o levantamento o mais exaustivo possível sobre os recursos geológicos existentes no *offshore*, envolvendo parcerias entre Laboratórios do Estado, Universidades e Empresas.

de competitividade

- Obter maior capacidade de intervenção com transferência de conhecimento adquirido a nível internacional e da agilização dos processos de tomada de decisão.
- Potenciar a procura no *offshore* de recursos minerais inexistentes ou escassos no espaço nacional terrestre.
- Promover parcerias entre Laboratórios do Estado, Universidades e Empresas e a agilização dos processos de tomada de decisão.

3.2.13 - Património Cultural Subaquático

de coesão

- Criar um enquadramento orgânico adequado à área de gestão do património cultural subaquático nacional.
- Aumentar os meios humanos e materiais necessários à área de gestão do património cultural subaquático nacional.
- Renovar a capacidade da área de gestão do património cultural subaquático nacional para desenvolver acções de formação e sensibilização práticas.

- Aumentar a formação em arqueologia náutica e subaquática ao nível da Licenciatura e das Pós-graduações e Mestrados, e as saídas profissionais nesta área.
- Assegurar uma acção coordenada da parte dos 4 ministérios fundamentais na área do património cultural subaquático – MC, MNE, MDN, MAI.
- Assegurar, por parte das autoridades de fiscalização marítima, o exercício do controlo de actividades predatórias sobre o património cultural subaquático e rever a tradição legislativa portuguesa, particularmente permissiva (nomeadamente e especialmente) no caso de crimes contra o património cultural.

de sustentabilidade

- Aumentar a “sensibilidade” e consciência cultural e patrimonial dos *stakeholders* empresariais envolvidos na transformação e uso do leito do mar e dos diversos meios aquáticos, costeiros e ribeirinhos e, em particular, portuários.
- Controlar as pressões da crescente intensidade de projectos empresariais envolvendo o uso, com ou sem transformação, dos fundos marinhos.
- Dinamizar o papel organizador, normalizador, dinamizador e formador central no seu âmbito específico do sector específico de gestão global do património cultural subaquático.
- Tirar partido do prestígio nacional e internacional da área de gestão do património cultural subaquático nacional e dinamizar programas de cooperação internacional e participações em projectos da UE.
- Minimizar as ameaças sobre o património cultural subaquático nacional, localizado em águas de muitos países, nomeadamente dos PALOP.

de mudança

- Inverter a “tradição do segredo”, que se traduz num factor particularmente nefasto para uma gestão bem informada e sustentável do património cultural subaquático.
- Alterar a mentalidade, a tradição e o hábito de considerar qualquer vestígio do património cultural subaquático um mero berloque decorativo, quando muito objecto de recordação, um atractivo colecionável, ou mesmo susceptível de constituir uma fonte de receita.
- Aproveitar as oportunidades decorrentes do grande desenvolvimento actual das actividades marítimo-turísticas centradas sobre o “mergulho em naufrágios” e o aumento do interesse pelas visitas a “itinerários” arqueológicos subaquáticos, por mergulhadores amadores nacionais e estrangeiros.

- Aumentar os programas de intervenção no terreno na área da arqueologia náutica e subaquática, susceptíveis de proporcionarem estágios práticos de formação científico-profissional.
- Promover o mecenato cultural, no domínio do património cultural subaquático e tornar atractiva a legislação nacional neste domínio.

de competitividade

- Potenciar as tradições náuticas de Portugal expressas na época dos Descobrimentos e da Expansão marítima e a actualidade das temáticas relacionadas com os Oceanos e o meio aquático e o facto de Portugal ter adoptado premonitoriamente os princípios da Convenção da UNESCO de 2001 e de ter sido um dos seus principais impulsionadores à escala internacional.
- Dinamizar a participação em programas de cooperação internacional e em projectos da UE e a importância da “massa crítica” nacional especializada na área da arqueologia náutica e subaquática e o seu reconhecimento internacional.
- Dinamizar uma política activa de cooperação na área do património cultural subaquático, que potencie as oportunidades decorrentes do prestígio nacional e internacional da área de gestão do património náutico e subaquático nacional e do enorme campo de acção nacional e internacional da sua área temática, em particular no caso dos PALOP.
- Aproveitar a grande curiosidade do público em geral e dos mergulhadores amadores para com as questões relacionadas com o património cultural subaquático e o grande desenvolvimento das actividades marítimo-turísticas centradas sobre o “mergulho em naufrágios”.

3.2.14 - Ciências e Tecnologias Marinhas

de coesão

- Rever as formas de financiamento nacional de forma a reduzir a dependência no futuro de programas europeus de financiamento (p.e. FP 7).
- Assegurar a articulação entre a comunidade científica e a administração e autoridade marítima.
- Promover uma estratégia de fundo para a investigação marinha e um melhor aproveitamento dos resultados científicos produzidos.

- Aumentar o investimento em investigação científica por parte das Instituições da Tutela nas indústrias ligadas ao mar (p.e. a Pesca).

de sustentabilidade

- Valorizar a massa crítica existente em diversas áreas da comunidade científica multidisciplinar.
- Promover sinergias entre o Laboratório de Estado, os três Laboratórios Associados e os nove Centros de investigação nas áreas de Ciências do Mar, com ampla distribuição nacional (dos Açores ao Algarve).

de mudança

- Promover o financiamento privado de programas de investigação (e.g. EDP, BES).
- Rever as dificuldades burocráticas no licenciamento e autorização das pequenas embarcações (<10m) adquiridas por laboratórios associados e universidades para fins de investigação científica.
- Aumentar as oportunidades de emprego para licenciados e mestrados como técnicos de investigação e a integração de jovens cientistas (doutorados).
- Promover a ligação interna e internacional com cursos de Mestrado e de Doutoramento e a cooperação com Brasil e PALOP.
- Adequar o enquadramento legal de forma a enquadrar a exploração do património genético associado à biodiversidade marinha (e.g. indústria farmacêutica, cosmética).
- Encontrar formas de financiar o acesso a tempo de navios de investigação.

de competitividade

- Valorizar e promover o envolvimento de grupos de investigação em redes internacionais de excelência (p.e. MARBEF), com investigadores portugueses espalhados por todo mundo e presença em Portugal de muitos investigadores internacionais.
- Dinamizar os campos de estudo diversificados e acessíveis (p.e. Fontes hidrotermais, montes submarinos) e com características espaciais favoráveis (zona de transição biogeográfica).

3.3 - ESTRATÉGIAS/APOSTAS ESTRATÉGICAS TEMÁTICAS COMPLEMENTARES

3.3.1 - Conservação da Natureza e Biodiversidade Marinhas

de coesão

- Promover o conhecimento dos impactos de algumas actividades.

de sustentabilidade

- Contrariar o mau ordenamento territorial que se reflecte no espaço marinho.

de mudança

- Aplicar a Estratégia Nacional de Gestão Integrada de Zonas Costeiras.

de competitividade

- Valorizar a identidade cultural (tanto a nível nacional como internacional) “com o mar”.

3.3.2 - Segurança Marítima

de coesão

- Minimizar o conflito de interesses.

de sustentabilidade

- Prevenir acidentes e poluição.

de mudança

- Alterar/aumentar a cultura de segurança por parte dos cidadãos.
- Diminuir a vulnerabilidade às condições Tempo e Mar e aumentar o número de portos de refúgio.

3.3.3 - Pescas e Aquicultura

de coesão

- Intensificar o controlo da entrada de produtos oriundos de mercados que não cumprem os requisitos para entrada no mercado comunitário.
- Impedir a venda de pescado fora dos mercados legais e sem o controlo sanitário adequado.
- Criar soluções para diminuir as rejeições/devoluções.
- Combater o envelhecimento dos recursos humanos da pesca.
- Reduzir o impacto visual e ambiental das aquiculturas.

de sustentabilidade

- Alargar o potencial da produção aquícola como complemento à pesca, no fornecimento de pescado fresco para consumo, e matéria-prima para a indústria, e fonte de emprego.
- Valorizar a existência de laboratórios especializados e outras instituições de investigação que permitam o aproveitamento biológico e químico de produtos do mar.
- Assegurar o ordenamento de cabos submarinos inerentes à produção de energias renováveis em futuras instalações *offshore*.
- Aumentar a distância entre a costa e os corredores de tráfego marítimo.

de mudança

- Promover a formação especializada dentro das empresas (de aquicultura, pescas e indústrias) permitindo a qualificação do emprego e a atracção de pessoal mais jovem para a pesca.
- Potenciar a sustentabilidade das frotas de pesca: menos embarcações mas com melhores capacidades de pesca.
- Rever os procedimentos de licenciamento para a aquicultura de forma a permitir uma maior celeridade e o eficaz aproveitamento dos fundos comunitários destinados a apoiar o seu desenvolvimento.
- Aproveitar espécies actualmente subaproveitadas para o desenvolvimento de novos produtos e nichos de mercado tirando partido do mercado deficitário (não pescamos o que consumimos).

de competitividade

- Potenciar a crescente procura de produtos provenientes da pesca sustentável promovendo a sua etiquetagem e certificação (*eco-labeling*).
- Valorizar o comércio tradicional de pescado fresco.
- Valorizar a informação ao consumidor.
- Tirar partido do conhecimento e saber fazer (conhecimento português no sector).
- Potenciar a relação entre a pesca e o turismo.
- Assegurar a integração da fileira desde a produção à indústria.
- Aproveitar as sinergias intersectoriais, nomeadamente entre produção de energia eólica e aquicultura.

3.3.4 - Transportes Marítimos e Portos

de coesão

- Aumentar a cooperação e capacidade de associação.
- Prever apoios estatais como têm os outros Estados-membros.
- Melhorar a rede ferroviária nacional.

de mudança

- Reforçar a participação dos actores relevantes do sector no aperfeiçoamento da estratégia sectorial.

3.3.5 - Turismo nas Zonas Costeiras

de coesão

- Corrigir o desordenamento costeiro.

de sustentabilidade

- Tirar partido da diversidade de habitats/potenciais actividades.

de mudança

- Aumentar a promoção de Portugal como destino de turismo náutico.

- Aumentar a participação do mercado interno.
- Diversificar para outras actividades como turismo ecológico, científico, educacional.

de competitividade

- Aproveitar o grande potencial de desenvolvimento de actividades tradicionais (como a vela).

3.3.6 - Desportos Náuticos

Nota: deste *workshop* resultou também a análise SWOT do IDP pelo que não existem estratégias/apostas estratégicas complementares.

3.3.7 - Energias Renováveis

de coesão

- Diminuir o impacto da ligação dos sistemas à rede e à costa.

de sustentabilidade

- Contornar a concorrência internacional, nomeadamente Ibérica.
- Aproveitar a existência de enquadramento legal para a energia das ondas.

de mudança

- Minimizar a necessidade de grande quantidade de capital intensivo.

de competitividade

- Tirar partido da existência de recursos energéticos inesgotáveis adequados, designadamente da densidade energética e menor variabilidade e maior previsibilidade associadas à energia das ondas.
- Aproveitar a existência da linha de transporte de energia junto à costa e o facto de 80% do consumo eléctrico se localizar numa faixa de 50 km junto à costa.
- Reactivar os serviços marítimos e portuários.

3.3.8 - Recursos Geológicos

de coesão

- Aumentar e melhorar a fiscalização.

de sustentabilidade

- Aproveitar a estabilidade política.

de mudança

- Acelerar as decisões institucionais.
- Criar um projecto de formação e informação da população.

3.3.9 - Investigação do Mar

de coesão

- Promover a articulação entre instituições e assegurar a continuidade daquelas que podem levar por diante trabalhos positivos sobre o mar.
- Rever os aspectos institucionais.

de sustentabilidade

- Articular e compatibilizar as ciências exactas com as ciências humanas/sociais.
- Potenciar a existência de uma comunidade científica muito activa e dinâmica e a sua participação activa nos diversos fóruns e instituições nacionais e internacionais.
- Organizar a informação dispersa sobre o mar.

de mudança

- Mudar a atitude de “*stop and go*”.
- Contornar a carência de meios de várias ordens, nomeadamente, os financeiros.
- Aumentar a parcela do PIB que é destinada à investigação.
- Promover novas formas de comunicação e tirar partido da consolidação de novos mecanismos de coordenação entre as partes interessadas.

de competitividade

- Aproveitar a posição geoestratégica de Portugal favorável à investigação marinha/oceânica.
- Aproveitar a investigação para relançar as actividades económicas que estão em declínio e potenciar novas actividades e recursos marinhos.
- Potenciar o aparecimento de uma massa crítica com elevado nível de interesse e conhecimento.

3.3.10 - Pesca e Aquicultura - Açores

de coesão

- Aumentar o rendimento das pescas, designadamente aumentando os preços praticados na produção e a competitividade no circuito comercial.
- Promover a estabilidade de rendimentos.
- Controlar a possibilidade de sobrepesca, melhorando a fiscalização, o controlo das frotas não regionais e o controlo da atribuição de subsídios que ponham em causa a sustentabilidade dos recursos.
- Aumentar o conhecimento associado aos efeitos das alterações climáticas.

de sustentabilidade

- Criar sentido de propriedade.
- Encontrar formas de rever o actual modelo de gestão - Política Comum de Pescas (regime de acesso).
- Encontrar formas de compensar a ausência de plataforma continental e o isolamento geográfico.
- Reduzir a poluição e o número de artes perdidas.
- Valorizar a utilização de artes de pesca selectivas e a proibição de arrasto, bem como o isolamento geográfico.

de mudança

- Rever/aumentar o número de espécies exploradas.
- Aproveitar a margem de progressão de aquicultura.

- Contornar/contrariar a baixa produtividade das águas, a (baixa) disponibilidade dos recursos e a vulnerabilidade ambiental.
- Implementar as Áreas Protegidas Marinhas e aproveitar as já criadas zonas de Rede Natura 2000 na parte marinha.

de competitividade

- Aproveitar a existência de mão-de-obra jovem disponível para a pesca, a estrutura associativa organizada, a formação profissional e especializada e a qualificação das infraestruturas de apoio.
- Valorizar os preços tirando partido da qualidade dos produtos e da imagem dos Açores no exterior, da certificação, da existência de mercados ávidos de produtos regionais e de qualidade e da melhoria tendencial dos transportes.

3.3.11 - Actividades Marítimo Turísticas - Açores

de coesão

- Aumentar e melhorar a fiscalização e monitorização.
- Evitar a potencial degradação dos recursos dos quais dependem estas actividades.
- Contrariar a burocracia e a desarticulação das entidades responsáveis pelo licenciamento.

de sustentabilidade

- Valorizar o forte envolvimento da sociedade nas actividades e sensibilizar atitudes de conservação e preservação do ecossistema.
- Promover o desenvolvimento sustentável da actividade de observação de cetáceos (*whale-watching*), tirando partido da legislação e regulamentação criadas a tempo.

de mudança

- Melhorar a formação e sensibilidade dos operadores e aumentar o associativismo.
- Reduzir o conflito com outras actividades (ex: artes de pesca junto à costa prejudica a actividade de mergulho).

de competitividade

- Aproveitar a beleza natural, a grande diversidade dos ecossistemas e a riqueza cultural como contributos para a valorização e qualidade das actividades.
- Potenciar a grande rentabilidade das actividades marítimo turísticas com impacto reduzido no ecossistema e a atractividade dos recursos utilizados.
- Aproveitar o seu contributo potencial para o desenvolvimento de outras actividades económicas (ex: equipamentos e serviços) tirando partido da previsão do desenvolvimento do Ecoturismo e da possibilidade de diversificação das actividades (ex: *bird-watching*).

3.2.12 - Ciências e Tecnologias Marinhas - Açores

de coesão

- Aumentar os meios operacionais, os recursos humanos e o investimento (público e privado) de forma a compensar os custos elevados das ciências e tecnologias marinhas.
- Encontrar formas de evitar/minimizar os conflitos de interesse e de controlar os grupos de pressão e os interesses económicos.
- Aumentar o conhecimento associado aos efeitos das alterações climáticas.

de sustentabilidade

- Aumentar o conhecimento, as tecnologias existentes e o capital humano.
- Assegurar a articulação entre instituições.
- Promover a exploração dos recursos de forma sustentada e baseada no conhecimento científico, e na informação existente.
- Criar critérios diferenciados de gestão para as áreas de protecção marinha.
- Adequar a legislação, prevendo regulamentação europeia e nacional (ex: bioprospecção) e mecanismos jurídicos no âmbito da propriedade intelectual, dos recursos/exploração.
- Minimizar os efeitos das alterações climáticas.

de mudança

- Aproveitar o enquadramento proporcionado por documentos integradores da política marítima europeia (ex: ICES, OSPAR, CBD, 7.º Programa Quadro, ...), a Estratégia Nacional para o Mar e as colaborações e diálogo interinstitucional.

- Aumentar a transparência e a partilha de informação e conhecimento, a articulação entre instituições e a sensibilização da tutela.

de competitividade

- Potenciar a extensão da área marinha sob jurisdição portuguesa, a posição geográfica das ilhas da Madeira e dos Açores a geodiversidade, localização geográfica e diversidade de ambientes.
- Valorizar a aquisição de conhecimento/explorar o desconhecido.
- Aproveitar a rede de observatórios, o desenvolvimento científico e tecnológico e a rapidez na aquisição de conhecimento científico.
- Dinamizar actividades como a produção de energias renováveis, a exploração dos recursos e a exploração e prospecção de recursos geológicos.
- Aproveitar a nova visibilidade das questões do mar, a agilização dos processos de tomada de decisão e a extensão da plataforma continental para dinamizar o investimento privado na investigação e desenvolver o capital humano existente.

4 - PROPOSTA DE ESTRATÉGIAS/APOSTAS ESTRATÉGICAS PARA O ORDENAMENTO DO ESPAÇO MARÍTIMO

4.1 - DESCRIÇÃO GERAL

Apresenta-se em seguida um conjunto de propostas de Estratégias/Apostas Estratégicas que podem contribuir para o ordenamento do Espaço Marítimo e que, depois de validadas pela Equipa Multidisciplinar, irão sustentar o estabelecimento da Visão, Missão e Linhas de Orientação e Orientações Estratégicas para o Espaço Marítimo e irão servir de base, numa última fase, à identificação das medidas necessárias para alcançar os objectivos globais e específicos (territoriais e sectoriais) associados ao Ordenamento do Espaço Marítimo.

Estas Estratégias/Apostas Estratégicas para o Ordenamento do Espaço Marítimo foram obtidas a partir das Estratégias/Apostas Estratégicas Sectoriais resultantes das Análises SWOT elaboradas, tanto pela Equipa Multidisciplinar como pelos diferentes participantes/especialistas no âmbito dos *workshops* temáticos realizados.

Para isso, procedeu-se à análise das Estratégias/Apostas Estratégicas Sectoriais, identificando aquelas que tinham, efectivamente, interferência directa ou indirecta no Ordenamento do Espaço Marítimo, excluindo aquelas que apenas se prendem com a organização interna de cada sector.

As Estratégias/Apostas Estratégicas assim obtidas foram depois trabalhadas de forma a identificar, em primeiro lugar, as que tinham carácter transversal e eram por isso comuns a todos os sectores, em seguida, as que, não sendo transversais, tinham pontos comuns em mais do que um sector e por isso podiam ser agrupadas e sintetizadas, por fim, aquelas que, sendo específicas de cada sector, poderiam ser agrupadas e sintetizadas em Estratégias/Apostas Estratégicas de carácter ainda sectorial mas mais abrangentes.

Os resultados obtidos são apresentados em seguida.

4.2 - PROPOSTA

4.2.1 - Estratégias/Apostas Estratégicas de coesão

- Assegurar uma estrutura de articulação entre as diversas entidades que têm competências/jurisdição ou utilizam o Espaço Marítimo, designadamente prevendo uma “janela única” para o licenciamento de actividades no espaço marítimo.

- Evitar conflitos de interesse entre as várias actividades previstas para o Espaço Marítimo e os riscos de impacte ambiental individuais ou cumulativos dessas actividades.
- Adequar a legislação às novas exigências associadas à utilização do espaço marítimo, nomeadamente para cumprimento das disposições legais, em especial as respeitantes aos distintos domínios públicos.
- Aumentar e melhorar a fiscalização, a vigilância e o controlo no Espaço Marítimo e Zonas Costeiras, minimizando a probabilidade de ocorrerem sinistros marítimos e outros perfis de ameaças ambientais, actividades predatórias sobre o património subaquático, ou outras decorrentes de actividades ilícitas.
- Aumentar o conhecimento, nomeadamente sobre o estado de conservação das espécies e habitats marinhos e ainda sobre os impactos de algumas actividades.
- Promover a implementação de planos de gestão dos ecossistemas marinhos que integrem a sua avaliação, gestão e conservação, garantindo a conservação dos recursos mais vulneráveis à exploração (por exemplo combate à pesca IUU e à venda de pescado fora dos mercados legais; criação de soluções para otimizar o aproveitamento dos produtos da pesca).
- Reduzir o impacto visual e ambiental das aquiculturas.
- Ampliar a capacidade da Marinha e GNR, ao nível de recursos humanos, logísticos e materiais para assegurar a fiscalização, vigilância, controlo e aplicação de medidas de polícia no Espaço Marítimo português.
- Promover o mercado do Sistema Portuário Nacional, visando o aumento da sua procura, designadamente através da aplicação de instrumentos de planeamento portuários eficazes e da preparação de regulamentação portuária que permita promover a integração modal e logística.
- Criar infraestruturas e pontos de apoio à náutica de recreio e aos desportos náuticos e assegurar a melhoria da qualidade dos serviços prestados.
- Criar instalações e serviços com boa capacidade de acolhimento para o mercado de cruzeiros.
- Melhorar a tecnologia associada à instalação de unidades de produção *offshore* de energia eléctrica de base renovável, minimizando as dificuldades técnicas associadas ao ambiente marítimo, envolvendo a indústria nacional.
- Dinamizar estudos que permitam determinar com algum rigor quais os sítios mais favoráveis para a instalação de unidades de produção *offshore* de energia eléctrica de base

renovável, contemplando também as necessidades do transporte da energia, por cabo submerso, até aos pontos de interligação à rede em terra.

- Identificar e encontrar formas de minimizar os impactos ambientais potenciais da instalação de unidades *offshore* de produção de energias renováveis e os impactos da ligação a terra contribuindo para a criação de legislação específica.
- Incentivar as actividades de pesquisa e recolha de dados relativos às bacias sedimentares portuguesas, em particular no *deep offshore*, para obter um melhor conhecimento do seu potencial petrolífero.
- Identificar formas de financiamento para concretizar projectos de investigação e apoio de iniciativas no domínio dos recursos geológicos *offshore*.
- Promover a formação especializada nos vários sectores e actividades que utilizam o Espaço Marítimo, e assegurar a articulação entre a comunidade científica e a administração e autoridade marítima.

4.2.2 - Estratégias/Apostas Estratégicas de sustentabilidade

- Ordenar as actividades emergentes no Espaço Marítimo e nas Zonas Costeiras.
- Promover mecanismos de articulação entre os diferentes sectores com incidência no Espaço Marítimo e Zonas Costeiras.
- Assegurar a coordenação interna e a liderança entre sectores (intra e intergovernamental), a articulação entre instituições que estudam o mar e a organização da informação dispersa sobre o mar.
- Valorizar e aplicar as orientações nacionais e comunitárias para a utilização sustentada do Espaço Marítimo e Zonas Costeiras, designadamente a Estratégia Nacional de Gestão Integrada de Zonas Costeiras e os Instrumentos de Gestão do Território, nomeadamente os planos sectoriais e os planos especiais de ordenamento do território, com incidência no espaço marítimo e zona costeira.
- Aplicar os normativos comunitários (com especial destaque para a Rede Natura 2000 e DQEM), outros compromissos internacionais (como a Convenção OSPAR) e a Estratégia Nacional para o Mar.
- Aproveitar a existência de investigação científica aplicada e de especialistas nas diferentes áreas e incentivar a participação nos projectos de I&D comunitários e nacionais, designadamente nos que permitam o aproveitamento biológico e químico de produtos do mar e na concretização de projectos associados a tecnologias ligadas ao mar.

- Assegurar financiamentos para os campos de estudo diversificados e acessíveis (p.e. Fontes hidrotermais, montes submarinos) e com características espaciais favoráveis (zona de transição biogeográfica).
- Promover o ICNB como entidade competente em matéria de conservação da natureza e biodiversidade marinha.
- Tirar partido do prestígio nacional e internacional do sector de gestão do património cultural subaquático, para aumentar a “sensibilidade” e consciência cultural e patrimonial dos *stakeholders* empresariais envolvidos na transformação e uso do leito do mar e minimizar as ameaças sobre esse património.
- Aproveitar as condições naturais para o desenvolvimento da aquicultura, nomeadamente em *offshore* e aproveitamento do seu potencial para fornecimento da indústria (complemento à pesca) e como fonte de emprego.
- Valorizar os produtos da pesca e da aquicultura através de melhoramentos no processamento, acondicionamento e condições de comercialização e diversificação de produtos.
- Potenciar os portos nacionais para tirar partido da localização de Portugal na convergência de rotas transatlânticas.
- Aproveitar a capacidade existente nos portos e estaleiros navais para apoio à generalidade das actividades praticadas no Espaço Marítimo.
- Valorizar o prestígio e credibilidade a nível mundial, a imagem de qualidade da actividade de reparação naval nacional e a localização geográfica privilegiada para dinamizar esta actividade.
- Promover o ecoturismo, a crescente dinamização de eventos náuticos de âmbito internacional e os apoios financeiros a projectos empresariais.
- Envolver as instituições de investigação e empresas portuguesas, com reconhecimento internacional e com experiência desde a fase de concepção até à fase de construção e operação de estruturas de produção *offshore* de energia eléctrica de base renovável.
- Aproveitar as facilidades disponibilizadas (ou disponibilizar facilidades) para a instalação de plataformas *offshore* de produção de energia eléctrica de base renovável, designadamente as tarifas de preço especial (eólicas), a obtenção de pontos de ligação à rede eléctrica e a garantia de compra da energia eléctrica produzida.
- Potenciar a possibilidade da utilização das instalações de produção *offshore* de energia eléctrica de base renovável e das plataformas de exploração de petróleo para outros fins, designadamente os relacionados com a vigilância da costa e tráfego marítimo,

recolha de dados (meteorológicos, correntes, vida marinha, contaminantes, etc.) e produção aquícola.

- Valorizar a existência de dados e estudos de avaliação geológica e geofísica, resultantes das actividades das empresas do sector petrolífero, no *offshore* e, recentes, no *deep offshore* e a existência de unidade orgânica com competências técnicas e informáticas especializadas e actualizadas para o seu tratamento e desenvolvimento.
- Dinamizar a procura no *offshore* de recursos minerais inexistentes ou escassos no espaço nacional terrestre.

4.2.3 - Estratégias/Apostas Estratégicas de mudança

- Promover o planeamento e a organização do Espaço Marítimo.
- Contrariar o desordenamento territorial que se reflecte no espaço marinho.
- Avaliar o risco, minimizar os potenciais efeitos e promover a monitorização de longo prazo de espécies invasoras, dos ciclos geodinâmicos e das alterações climáticas no Espaço Marítimo, suas actividades e recursos.
- Clarificar o modo de articulação e compatibilização entre as diferentes utilizações do Espaço Marítimo.
- Criar uma entidade, que promova a integração, coordenação e interacção entre forças e serviços de segurança em missões policiais que actuam no espaço marítimo sob soberania nacional.
- Promover a articulação e coordenação de recursos entre as diversas entidades numa perspectiva de multidisciplinaridade e de criação de sinergias.
- Diminuir a vulnerabilidade às condições tempo e mar e desenvolver e aplicar o Plano Nacional de Acolhimento de Navios em Dificuldade.
- Promover a capacidade de comunicação com o exterior e a mobilização do público e dos vários intervenientes para o valor económico, ambiental e cultural do meio marinho, para a preservação do Mar/Oceano, para as tradições náuticas e para o seu papel na identidade cultural portuguesa.
- Conceber uma abordagem entre instituições, que permita maximizar os dados de informação e os meios operacionais e aumentar a participação de instituições e agentes económicos na investigação científica e tecnológica e a promoção de iniciativas empresariais nas várias áreas relacionadas com os recursos marinhos.
- Potenciar a capacidade científica, tecnológica e industrial de institutos do Estado, universidades, empresas industriais com actividade na área dos equipamentos

mecânicos e eléctricos e dos estaleiros navais e indústria associada e criar/aproveitar as sinergias associadas ao desenvolvimento de tecnologias oceânicas com aplicação na exploração de recursos marinhos e oceânicos.

- Promover o financiamento de programas de investigação e do acesso a navios de investigação e rever as dificuldades burocráticas nos licenciamentos e autorizações associadas à investigação científica.
- Rever os anexos das Directivas Aves e Habitats.
- Atribuir valor económico à biodiversidade e fomentar actividades económicas sustentáveis.
- Inverter a “tradição do segredo” e alterar as mentalidades relativamente ao património cultural subaquático, promovendo o mecenato cultural e dinamizando as actividades marítimo-turísticas relacionadas com o “mergulho em naufrágios” e os programas de intervenção no terreno na área da arqueologia náutica e subaquática.
- Promover a gestão sustentável dos recursos haliêuticos no âmbito da Política Comum das Pescas e valorizar as áreas protegidas marinhas para a protecção dos recursos e para o desenvolvimento de actividades económicas complementares da pesca.
- Compensar as potenciais perdas de capturas a curto prazo decorrentes de medidas de conservação, com medidas que promovam a valorização e qualificação dos produtos da pesca e da aquicultura, incluindo a utilização de espécies actualmente subaproveitadas, para o desenvolvimento de novos produtos e nichos de mercado de qualidade, permitindo a manutenção e até a melhoria da rentabilidade das empresas do sector.
- Promover o ordenamento do Espaço Marítimo e Zonas Costeiras de forma a assegurar a sua valorização paisagística e ambiental, a exploração sustentável dos recursos, definindo áreas principais para a conservação e áreas adequadas à exploração e expansão das diversas actividades económicas.
- Prosseguir a reestruturação e modernização da frota de pesca, por exemplo, através da adequação da capacidade a uma exploração sustentável dos recursos, promovendo a melhoria das condições de trabalho, segurança e conservação do pescado a bordo das embarcações e apostando na formação especializada dentro e fora das empresas (de aquicultura, pescas e indústria) permitindo a qualificação do emprego e a atracção de pessoal mais jovem para a pesca
- Aproveitar as políticas europeias de transportes e ambiente que favorecem o desenvolvimento do transporte marítimo, das Auto-Estradas do Mar e do Transporte Marítimo de Curta Distância.

- Afirmar uma dimensão estratégica dos portos nacionais.
- Desenvolver ligações estreitas entre as empresas e a universidade e entre o sector privado e o sector público (incluindo a Defesa), nas áreas da construção e reparação naval, e a formação de centros de conhecimento, permitindo criar novos empregos, o rejuvenescimento dos RH e o domínio do processo industrial.
- Criar sinergias para aumentar a característica tractora da indústria de construção naval e a incorporação de produto nacional em materiais e equipamentos fornecidos para o produto final.
- Requalificar as infraestruturas e os serviços de acolhimento prestados aos turistas das marinas e portos de recreio existentes e ampliar as valências existentes no âmbito do turismo de cruzeiros.
- Promover a criação de uma base de dados única, com informação sistematizada sobre o turismo e recreio náuticos que permita a monitorização do mercado.
- Potenciar novas oportunidades para o turismo náutico e prática de desportos náuticos, designadamente o mercado interno, e para o desenvolvimento de novas actividades.
- Minimizar a interferência das unidades *offshore* de produção de energia eléctrica de base renovável e cabos submersos de ligação à rede com as actividades piscatórias e outras actividades marinhas e prever, quando aplicável, adequados sistemas de compensação.
- Melhorar o conhecimento das bacias sedimentares e do seu potencial petrolífero, utilizar os dados e estudos geológicos e geofísicos, obtidos no âmbito da pesquisa e exploração de petróleo, para outros estudos técnico-científicos e promover o conhecimento existente atraindo empresas para as actividades de pesquisa e exploração.
- Reduzir a dependência energética do país, com a consequente diminuição das importações, o aumento das receitas do Estado, a criação de postos de trabalho e assegurando a principal fonte de energia e essencial para a petroquímica/complexo petroquímico de Sines.
- Assegurar o levantamento exaustivo dos recursos geológicos existentes no *offshore*, envolvendo parcerias entre Laboratórios do Estado, Universidades e Empresas.
- Apostar em parcerias entre autarquias e grupos de investimento, que resultem na geração de benfeitorias, receitas e emprego e na formação e informação da população.

4.2.4 - Estratégias/Apostas Estratégicas de competitividade

- Valorizar a extensão do Espaço Marítimo através da sua assumpção como pilar estruturante da política para o mar e espaço fonte de recursos e potenciador de actividades.

- Potenciar a articulação entre o espaço marítimo e zona costeira na perspectiva da complementaridade de usos e numa óptica de planeamento e gestão integrados.
- Valorizar a identidade cultural (tanto a nível nacional como internacional) com o Mar.
- Potenciar o conjunto de actividades emergentes no Espaço Marítimo, aproveitando o potencial associado à investigação para relançar as actividades económicas que estão em declínio e potenciar novas actividades e recursos marinhos.
- Catalisar actividades de investigação e desenvolvimento de tecnologias de ponta nas universidades portuguesas e noutras entidades públicas ou privadas ligadas à ciência, financiando, através de Programas de I&DT, o desenvolvimento de tecnologias oceânicas (exploração de recursos marinhos e oceânicos) e biotecnologias, relançando actividades económicas em declínio e potenciando novas actividades e recursos marinhos, designadamente associadas a fontes hidrotermais, montes submarinos e ao património genético associado à biodiversidade marinha (e.g. indústria farmacêutica, cosmética).
- Valorizar e promover o envolvimento de grupos de investigação em redes internacionais de excelência (p.e. MARBEF), com investigadores portugueses espalhados por todo mundo e presença em Portugal de muitos investigadores internacionais.
- Dinamizar os campos de estudo diversificados e acessíveis (p.e. Fontes hidrotermais, montes submarinos) e com características espaciais favoráveis (zona de transição biogeográfica).
- Destacar o valor intrínseco e económico da biodiversidade marinha, promovendo a designação de Áreas Protegidas Marinhas, a extensão da Rede Natura 2000 ao meio marinho e a concretização de projectos em curso (*Important Bird Areas* marinhas, M@RBIS, Áreas Protegidas Marinhas costeiras).
- Utilizar os valores tradicionais associados à grande dependência do mar, conjugados com a percepção das condições naturais de excelência da zona costeira, para promover e valorizar a importância e qualidade dos produtos da pesca (por exemplo promovendo o consumo de pescado fresco) e da aquicultura (em *offshore*).
- Aumentar a competitividade do sector da pesca e da aquicultura através da valorização dos produtos, apostando na qualidade e certificação dos mesmos (por exemplo *eco-labeling*) e na informação ao consumidor.
- Fomentar a inovação dos produtos e a utilização de novas tecnologias em áreas como o processamento do pescado, a segurança alimentar, a redução dos impactos ambientais e de consumo energético.

- Valorizar o papel da Marinha, e a experiência de Mar do seu pessoal e do Ministério da Defesa Nacional e ampliar as potencialidades e capacidades da GNR, designadamente através da implementação do SIVICC (Sistema integrado de vigilância comando e controlo) e da sua interligação ao sistema VTS e destes com o SIFICAP.
- Aumentar a competitividade do sistema portuário nacional e valorizar a localização geoestratégica de Portugal na convergência das rotas transatlânticas
- Valorizar o potencial do porto de Sines como porto *hub* e para navios *deep sea* e a capacidade disponível na generalidade dos portos nacionais e de expansão em alguns portos.
- Valorizar a construção e a reparação naval como indústrias chave para as demais actividades marítimas (transportes, turismo, recreio, pescas, defesa, protecção do ambiente, energia e investigação oceanográfica e hidrográfica).
- Dinamizar novas áreas de actividade turística e cultural associadas à pesca artesanal, observação de cetáceos e ao património natural e cultural subaquático, “mergulho em naufrágios” e “itinerários” arqueológicos e roteiros subaquáticos.
- Promover as valências existentes em Portugal no âmbito do turismo náutico - terminais de cruzeiros, oferta consolidada de marinas e portos de recreio e uma vasta costa marítima com uma localização geográfica favorável para a instalação de infraestruturas de apoio (postos de acostagem) e o grande potencial de desenvolvimento de actividades tradicionais (como a vela). Potenciar um *cluster* das actividades náuticas, valorizando uma nova cultura ambiental associada ao desporto náutico e aproveitando o reforço do peso económico assente em bens e serviços associado ao desporto náutico de forma a tirar partido da disponibilidade de um recurso natural de excelência.
- Aproveitar as características físicas favoráveis do Espaço Marítimo como a existência de áreas *offshore* de dimensões apreciáveis, a disponibilidade vantajosa do recurso energético (ondas e vento), a existência de pontos de ligação à rede e a concentração do consumo na faixa costeira, para a implementação de grandes projectos de produção de energia eléctrica de base renovável.
- Incentivar a produção de energia eléctrica por fontes de onde não resulte a emissão de gases que contribuam para o efeito de estufa, concorrendo para a satisfação dos compromissos do Protocolo de Quioto no longo prazo.
- Criar “zonas piloto” destinadas à instalação de unidades de produção *offshore* de energias renováveis em tamanho real para testes em condições reais de funcionamento.
- Aproveitar a perspectiva de relevância do montante do investimento para possibilitar ao Estado português dispor da massa crítica negocial para estimular a instalação no país

de um *cluster* industrial associado à produção *offshore* de energia eléctrica de base renovável.

- Tirar partido da legislação favorável e fiscal competitiva e da extensa área sedimentar - uma das maiores da Europa - e potencial petrolífero, para potenciar a pesquisa e exploração de petróleo sem custos para o Estado (investimento totalmente suportado pelas empresas) e a descoberta de campo(s) de petróleo economicamente viável(is).
- Aproveitar a grande área de jurisdição nacional sobre o subsolo/solo marinho e a sua enorme diversidade geológica e explorar os recursos geológicos do domínio público com potencial aproveitamento económico.

4.3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme acima referido, estas Estratégias/Apostas Estratégicas para o Ordenamento do Espaço Marítimo irão dar origem, nos passos seguintes, à definição de Linhas de Orientação Estratégica para o POEM.

Para isso será também necessário identificar, na fase que se segue, uma Visão para o Espaço Marítimo e uma Missão para o POEM.

5 - VISÃO E MISSÃO

A definição da Visão e da Missão constituem o enquadramento global do processo de planeamento estratégico.

A Visão identifica aquilo que se pretende atingir a médio/longo prazo, procurando alinhar as entidades envolvidas e os seus esforços num propósito comum, pelo que deve ser ambiciosa, inspiradora para todos os que participam no Plano, ter um papel motivador e, sobretudo, agregador, dando forma e direcção ao futuro, neste caso do Espaço Marítimo português.

A Missão, por seu lado, constitui a declaração clara e inequívoca das razões da existência do Plano e do seu objectivo geral: será o “Lema” e a “Bandeira” do Plano e estará cumprida quando forem atingidos os objectivos gerais. A missão permite ainda estabelecer a ordem de prioridades entre os vários objectivos a prosseguir, sendo no entanto parte de um processo de aperfeiçoamento que pode admitir alterações consoante a evolução estratégica do Plano.

A Visão para o Espaço Marítimo português e a Missão para o seu Plano de Ordenamento foram assim definidas pela Equipa Multidisciplinar:

Visão para o Espaço Marítimo

“Espaço Marítimo diferenciador da identidade nacional, sustentável, ordenado e seguro, suporte de actividades socioeconómicas e potenciador de recursos, assente no conhecimento, na inovação e na especificidade geográfica.”

Missão para o POEM

“Afirmar a importância económica, ambiental e social do Mar, assente na promoção do conhecimento dos recursos naturais e das actividades existentes e potenciais e no ordenamento integrado e gestão adaptativa dos usos que se desenvolvem no espaço marítimo, em estreita articulação com a gestão da zona costeira, com o normativo internacional, comunitário e nacional e demais instrumentos de planeamento sectorial e de gestão do território, envolvendo os diferentes actores e agentes.”

6 - LINHAS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA

Em seguida foram identificadas pela Equipa Multidisciplinar, as Linhas de Orientação Estratégica (LOE) para o POEM, e as orientações estratégicas (OE) que lhes estão associadas e que correspondem à enunciação, ao nível estratégico, dos principais resultados que se pretendem obter com o plano.

A proposta de LOE e OE teve por base a “Proposta de Estratégias/Apostas Estratégicas para o Ordenamento do Espaço Marítimo” que consta do capítulo 4 e que foi suportada pelas Análises SWOT elaboradas, tanto pela Equipa Multidisciplinar como pelos diferentes participantes/especialistas no âmbito dos *workshops* temáticos realizados.

As OE são intenções amplas, não específicas, com um horizonte temporal coincidente com o da Visão, normalmente de natureza política, relacionadas com os respectivos Domínios e LOE e que conferem um propósito a uma ou mais estratégias/apostas estratégicas.

As LOE e OE são um ingrediente fundamental para a AAE e protagonizam um dos principais objectos de avaliação.

A síntese das estratégias/apostas estratégicas veio dar origem à proposta de LOE, finalizada pela Equipa Multidisciplinar, que foram organizadas em 5 grandes domínios estratégicos: Geoestratégia, Economia, Recursos Naturais, Conhecimento e Governança. Estes domínios decorrem das questões estratégicas (QE) que se colocam ao espaço marítimo e dos diálogos estabelecidos, influenciados já pelos FCD anteriormente estabelecidos no âmbito da AAE.

Tendo presentes as orientações nacionais e europeias preconizadas para o ordenamento do espaço marítimo, bem como as orientações sectoriais apresentadas pela Equipa Multidisciplinar, as LOE foram subdivididas em OE, apresentando-se no quadro 6.1 os resultados obtidos:

Quadro 6.1. Domínios, Linhas de Orientação e Orientações Estratégicas

Domínios Estratégicos	Linhas de Orientação Estratégica	Orientações Estratégicas
Geoestratégia	Espaço Geoestratégico	Espaço marítimo de excelência, que permita promover Portugal e projectar o mar português no espaço internacional Valorização da identidade cultural e património do espaço marítimo, divulgando-o e promovendo a sua apropriação pela sociedade.
Economia	Valorização	Fomento das actividades associadas à utilização sustentável do espaço marítimo e dos seus recursos e modernização e sustentabilidade das respectivas infraestruturas Incremento da atractividade e da competitividade das actividades associadas à utilização do espaço marítimo e dos seus recursos e das respectivas infraestruturas
	Sinergias	Estabelecimento de sinergias (integração em cluster) entre as instituições e os agentes económicos cujas funções e actividades incidem no espaço marítimo e nos seus recursos
	Mediação e Negociação/ <i>Trade-offs</i>	Promover a concertação e as parecerias entre os diferentes agentes com interesses no espaço marítimo
Recursos Naturais	Recuperação, Protecção, Conservação	Protecção, conservação e recuperação de espécies e habitats marinhos e da estrutura ecológica associada, a todos os níveis de organização biológica, de forma a manter a biodiversidade, a resiliência natural e os serviços ecossistémicos do espaço marítimo Efectivação de uma rede de áreas protegidas no meio marinho Monitorização dos Ecossistemas e Biodiversidade Marinha
	Prevenção, Minimização, Mitigação	Prevenção, análise de riscos, adaptação, minimização e mitigação dos potenciais impactes negativos resultantes dos ciclos geodinâmicos e das alterações climáticas Prevenção, análise de riscos, minimização e mitigação dos impactes negativos resultantes de interferências externas como a poluição, espécies invasoras, os sinistros marítimos, o desordenamento da zona costeira
	Valoração	Valorização (ambiental, económica e social) da biodiversidade e dos ecossistemas marinhos e dos seus recursos
Conhecimento	Capacitação	Fomento do conhecimento e da recolha, tratamento e disseminação da informação associados ao meio marinho (ecossistemas, recursos, tecnologias e controlo da sua utilização)

Domínios Estratégicos	Linhas de Orientação Estratégica	Orientações Estratégicas
	Investigação e Desenvolvimento	<p>Incremento da investigação científica para a valorização do meio marinho, assegurando financiamento nacional de longo prazo</p> <p>Internacionalização da ciência desenvolvida em Portugal nos temas do mar português (eventos/congressos/investigação)</p>
	Informação	Educação, informação e divulgação das áreas do mar e actividades conexas
Governança	Modelo de Governança	<p>Planeamento, organização e gestão adaptativa e integrada do espaço marítimo</p> <p>Integração da dimensão marítima nas políticas nacionais, sectoriais e instrumentos de gestão territorial</p> <p>Articulação com o normativo, orientações e regras de boas práticas internacionais, comunitários e nacionais</p> <p>Articulação e compatibilização da actuação das entidades</p> <p>Articulação entre o espaço marítimo, a zona costeira e as zonas estuarinas, na perspectiva da complementaridade de utilizações e funções e numa óptica de planeamento e gestão integrados</p> <p>Aplicação de uma abordagem ecossistémica</p>
	Internacionalização, Soberania e Segurança	<p>Promover e salvaguardar o interesse nacional em contextos internacionais</p> <p>Garantia da soberania e da segurança e defesa no espaço marítimo (garantia da fiscalização, vigilância, controlo e aplicação de medidas de protecção contra actividades ilícitas e terroristas)</p>

7 - PRINCÍPIOS

O diploma que determina a elaboração do POEM consubstancia 3 princípios fundamentais (desenvolvimento sustentável, prevenção e precaução, abordagem ecossistémica) que devem estar subjacentes à elaboração do POEM. Contudo, os actuais desafios em matéria de planeamento estratégico integrado pressupõem a assumpção de um conjunto mais alargado de princípios que, em paralelo com as LOE, irão contribuir para a definição dos objectivos específicos.

Neste sentido, cada elemento da Equipa Multidisciplinar contribuiu para a identificação dos princípios que, no entender de cada sector, seriam mais relevantes para a definição da estratégia do POEM, atribuindo prioridades de 1 a 5, ao conjunto de princípios identificados como sendo os mais comuns em matéria de ordenamento do Espaço Marítimo.

Quadro 7.1 - Lista de princípios

Princípios	1	2	3	4	5
Desenvolvimento sustentável , entendido como a exigência da satisfação das necessidades do presente não ponha em causa a satisfação das mesmas necessidades por gerações futuras. Este princípio pressupõe uma visão de progresso que integra objectivos imediatos e de longo prazo, uma actuação local e global e considera as questões sociais, económicas e ambientais como componentes inseparáveis e interdependentes do progresso da humanidade.					
Sustentabilidade , promovendo a compatibilização entre o desenvolvimento socioeconómico e a utilização sustentável dos recursos marinhos, respeitando a capacidade ambiental e os limites de mudança aceitável.					
“Prevenção e precaução , prevendo e antecipando os conflitos e adoptando uma atitude cautelar face ao défice de conhecimento ou à capacidade de intervenção, minimizando riscos ou impactos negativos”.					
Abordagem ecossistémica , fundamentada no conhecimento da compatibilidade entre a fronteira e a dinâmica do ecossistema. Deve assegurar que a pressão colectiva das actividades e dos usos seja mantida a níveis compatíveis com a consecução de um bom estado ambiental e que a capacidade de resposta dos ecossistemas marinhos às modificações de origem antropogénica não seja comprometida, permitindo simultaneamente a utilização sustentável dos bens e serviços marinhos pelas gerações presentes e futuras.					
Gestão adaptativa , envolvendo um processo de aprendizagem que tem por base os seus próprios resultados e que permite a constante adaptação das metodologias e práticas à evolução do conhecimento científico, à natureza complexa e dinâmica do espaço marinho e às necessidades socioeconómicas. Este princípio permite a monitorização e a avaliação periódica e transparente do Plano.					

Princípios	1	2	3	4	5
Gestão integrada , promovendo uma abordagem global das questões relativas ao espaço marítimo, geralmente separadas pelos vários sectores de actividade, que permita gerir eficazmente as utilizações, por vezes concorrenciais entre si, dos recursos marinhos e reforçar o seu potencial de crescimento sem danificar os ecossistemas marinhos.					
Fortalecimento da capacidade económica , promovendo as condições para o desenvolvimento de actividades económicas relacionadas com o espaço marítimo em bases que as rentabilizem numa perspectiva a longo prazo, com base no conhecimento científico e num plano de harmonia e optimização com os demais Princípios.					
Participação , potenciando o activo envolvimento das partes interessadas através do acesso à informação e à intervenção nos procedimentos de elaboração, execução, avaliação e revisão dos instrumentos de gestão territorial, garantindo uma melhor aceitação, adaptação e apoio à aplicação do processo.					
Transparência da documentação e de procedimentos, permitindo a sua fácil compreensão por parte do grande público, de forma a tomarem conhecimento do processo de decisão, da sua efectiva aplicação, e do modo como essas decisões os afectam.					
“Subsidiariedade , coordenando os procedimentos dos diversos níveis da Administração Pública, de forma a privilegiar o nível decisório mais próximo do cidadão.”					
Proporcionalidade , assegurando a intervenção apenas e na medida em que tal seja requerido para proteger os interesses públicos, ambientais, sociais e económicos.					
Co-responsabilização , assumindo a partilha da responsabilidade nas opções de gestão do Espaço Marítimo com a comunidade, os agentes económicos, os cidadãos e associações representativas, não só pelo princípio do poluidor - pagador e do utilizador - pagador, mas também pela procura de formas institucionais que permitam uma gestão mais próxima dos cidadãos e dos utentes do Espaço Marítimo.					
“Suporte científico e técnico , apoiando as decisões de medidas de ordenamento e gestão na compreensão dos fenómenos e na sua evolução dinâmica”.					
Segurança nacional , garantindo “a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a seguranças das populações contra qualquer agressão ou ameaça externas” (artigo 273º, nº 2 da Constituição).					
Cooperação transfronteiriça , garantindo a coerência dos planos que afectam os diversos ecossistemas.					

No quadro 7.2 sintetiza-se a posição dos elementos da Equipa Multidisciplinar relativa aos Princípios considerados prioritários para o Ordenamento do Espaço Marítimo.

Quadro 7.2. Lista dos Princípios para o Espaço Marítimo, de acordo com a EM

Princípios	EMAM	IDP	IPTM	DGPA	MAOT	MEI	MCTES	Total ¹	Total ²
Desenvolvimento sustentável e Sustentabilidade	1	1	1	1	1	1	1	*****	7(1º)
Prevenção e precaução	3		4	3	1			****	1(1º) 2(3º) 1(4º)
Abordagem ecossistémica	2	2	2	2	1	2	3	*****	1(1º) 5(2º) 1(3º)
Gestão adaptativa	5			5	5			***	3(5º)
Gestão integrada			3		4	2	4	****	1(2º) 1(3º) 2(4º)
Fortalecimento da capacidade económica		3				1		**	1(1º) 1(3º)
Participação	4							*	1(4º)
Transparência									
Subsidiariedade		4						*	1(4º)
Proporcionalidade									
Co-responsabilização		5	5				5	***	3(5º)
Suporte científico e técnico				4		2	2	***	2(2º) 1(4º)
Segurança nacional									
Cooperação transfronteiriça									

Nota Total¹ - corresponde ao número de instituições que “escolheram” o princípio

Total² - 3(1º) leia-se “3 instituições atribuíram prioridade máxima (1.º) a este princípio”

Atendendo às prioridades atribuídas pela Equipa Multidisciplinar, os princípios a adoptar no âmbito do POEM e que irão contribuir para a definição de linhas de acção são os seguintes: “Desenvolvimento sustentável”, “Abordagem ecossistémica”, “Prevenção e precaução”, “Gestão integrada”, “Gestão adaptativa”, “Fortalecimento da Capacidade Económica”, “Suporte Científico e técnico”, “Co-responsabilização”.

8 - ARTICULAÇÃO COM A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

O “quadro estratégico” base, acima definido, e em particular os domínios estratégicos (DOE) e as LOE permitiram identificar as opções estratégicas alternativas no âmbito da AAE.

As opções estratégicas do POEM são o principal objecto de avaliação da AAE. Estas opções estratégicas representam caminhos possíveis a seguir para cada LOE e orientações estratégicas associadas. Para efeito da AAE é fundamental considerar caminhos alternativos, ou seja opções estratégicas alternativas que possam, de forma diferente, conduzir às orientações estratégicas estabelecidas e acordadas. Pretende-se com a AAE avaliar as oportunidades e os riscos que as opções estratégicas alternativas representam em termos ambientais e de sustentabilidade. Esta avaliação de oportunidades e riscos constitui o suporte de diálogos sectoriais, conducentes ao estabelecimento de preferências e prioridades no POEM.

Ou seja, a visão e as orientações estratégicas reflectiram-se em opções estratégicas alternativas como caminhos possíveis para se atingir cada objectivo. Neste processo tomou-se por base a proposta de DOE e LOE e procurou-se estabelecer uma lógica de síntese estratégica que permitisse agregar em temas DOE-LOE, de forma a evitar duplicações de sentido estratégico. Para cada DOE-LOE identificaram-se pelos menos duas, por vezes três, opções estratégicas alternativas, que foram então avaliadas relativamente às questões ambientais e de sustentabilidade protagonizadas pelos FCD e respectivos critérios e indicadores. O que se pretendeu foi dar indicação ao processo e à Equipa Multidisciplinar sobre os melhores caminhos estratégicos (opções estratégicas alternativas) para fazer alinhar o POEM com objectivos ambientais e de sustentabilidade.

A avaliação das opções alternativas (ou..ou) que foram objecto de avaliação pela AAE do POEM por FCD, considerando os respectivos critérios e indicadores, atendeu à forma como:

1. as opções contribuem para se atingir os objectivos estratégicos do POEM;
2. as opções respondem às perguntas estratégicas inicialmente formuladas pela AAE;
3. as opções melhor dão sequência / implementam as prioridades estratégicas.

Estas opções estratégicas alternativas foram então avaliadas em relação a riscos e oportunidades no âmbito da AAE. A metodologia adoptada consistiu em proceder a uma apreciação descritiva orientada por um sinal (+), (-), (+/-) ou (0), respectivamente

consoante a opção estratégica alternativa do POEM possa representar uma oportunidade para o ambiente e sustentabilidade na perspectiva do respectivo FCD e critério (+), um risco (-), uma situação de incerteza (+/-) ou simultaneamente um risco e uma oportunidade igualmente plausíveis (+/-), ou não apresentar relevância (0). Note-se que “risco” não significa necessariamente efeito biofísico ou impacte negativo já que o POEM não toma decisões finais em termos de projectos. “Risco” significa que o prosseguir uma dada estratégia pode determinar tendências que é necessário evitar ou acautelar, pois afigura-se como provável que a estratégia se venha a concretizar no futuro através de acções que podem ser prejudiciais aos ambiente e a rumos para a sustentabilidade.

Note-se também que uma determinada estratégia pode ser excelente do ponto de vista de um critério e apresentar “riscos” (-), ou “riscos e oportunidades” (+/-) num segundo critério. Ainda assim poderá continuar a constituir a melhor opção, se no global a avaliação se apresentar como uma oportunidade, e os riscos corresponderem a situações resolúveis, ou passíveis de gestão adequada, mediante a sua prossecução através de acções adequadas a uma operacionalização mais sustentável.

O resultado desta avaliação de opções estratégicas alternativas pretende ser indicativo dos melhores caminhos a seguir, isto é, da melhor estratégia que permite cumprir com princípios e orientações ambientais e de sustentabilidade (para mais detalhe sobre a metodologia consultar o Guia para AAE, publicado pela APA (Partidário, 2007)).

No seguimento da avaliação de opções estratégicas alternativas é esperado que o POEM prossiga nas suas propostas seguindo o resultado da avaliação estratégica, ou seja, favoreça as opções estratégicas alternativas que globalmente constituem oportunidades e evite as que possam determinar riscos. Mediante as propostas subsequentes do POEM, designadamente em relação à proposta de espacialização⁴, a AAE irá atender à forma como:

- o POEM seguiu as orientações resultantes da avaliação de opções estratégicas na AAE;
- o POEM determina eventuais conflitos espaciais entre sectores ou em relação a prioridades ambientais e de sustentabilidade, protagonizadas por princípios e por macro-políticas de referência;
- o POEM estabelece sinergias inter-sectoriais que permitem evitar os conflitos acima referidos.

⁴ Volume 7 - Metodologia para Espacialização de actividades, utilizações e funções

A.1 - SÍNTESE DOS *WORKSHOPS* TEMÁTICOS

A.1.1 - INTRODUÇÃO

No âmbito da elaboração do Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo (POEM), o Núcleo de Coordenação, em estreita colaboração com a Equipa Multidisciplinar, realizou quatro *workshops* temáticos destinados a promover o envolvimento dos actores directamente associados a cada tema, incluindo representantes governamentais, de entidades públicas e privadas, de associações profissionais e sectoriais, de ONG, investigadores, entre outros, e a estimular a sua responsabilização e apropriação do Plano.

Estes *workshops* tiveram como finalidade identificar e posteriormente articular, os pontos de vista de cada sector relativamente ao Espaço Marítimo. Desta forma, criaram-se grupos de trabalho sectoriais, de 10 a 15 elementos, com o objectivo de criar uma Visão para o Espaço Marítimo, definir uma Missão para o Plano e elaborar uma Análise SWOT de cada sector/domínio.

Os *workshops* abordaram temas diferenciados e tiveram lugar em áreas geográficas distintas, de forma a permitir uma maior participação e ir encontro às especificidades de cada região. As temáticas, datas e locais da sua elaboração estão sintetizados no quadro A1.1.

Quadro A1.1 - *Workshops* Temáticos.

Transportes Marítimos e Defesa Nacional Lisboa, 28 Abr. 2009	- Transportes Marítimos e Portos - Segurança Marítima
Ambiente e Energia Aveiro, 29 Abr. 2009	- Conservação da Natureza e Biodiversidade Marinhas - Energias Renováveis - Recursos Minerais - Investigação do Mar
Pesca, Turismo e outros Usos das Zonas Costeiras Olhão, 4 Mai. 2009	- Pescas e Aquicultura - Turismo nas Zonas Costeiras - Desportos Náuticos
Pescas e Aquicultura, Actividades Marítimo Turísticas, Ciências e Tecnologias Marinhas Horta, 12 Mai. 2009	- Pescas e Aquicultura - Actividades Marítimo Turísticas - Ciências e Tecnologias Marinhas

As conclusões dos *workshops* correspondem a uma contribuição dos especialistas que estiveram presentes para a elaboração do Plano e, por conseguinte, não são necessariamente coincidentes com a posição institucional de cada sector.

A.1.2 - METODOLOGIA

Os *workshops* temáticos foram realizados de acordo com as metodologias de participação activa desenvolvidas no âmbito dos princípios das Agendas 21 e foram constituídos por momentos específicos.

Inicialmente, em sessão plenária, foram apresentados os objectivos do POEM, foi explicada a técnica dos exercícios a realizar ao longo do *workshop* (Visão, Missão, Matriz SWOT e aferição das propostas), procedendo-se à apresentação das diferentes comunicações de enquadramento dos temas abordados no *workshop*, pelos oradores convidados.

Estiveram subjacentes a este exercício os seguintes conceitos:

A **visão** procura ajudar a alinhar as entidades envolvidas e os seus esforços num propósito comum. Deve ser ambiciosa, inspiradora para todos os que participam no Plano, e deve ter um papel motivador.

Por sua vez, a **missão** deverá ser a declaração clara e inequívoca das razões da sua existência e do seu objectivo geral. É o processo de formulação estratégico e fundamental, que deverá ser consensual e fruto da participação de todos os intervenientes. A missão será o “Lema” e a “Bandeira” do Plano e estará cumprida quando forem atingidos os objectivos gerais.

A **análise SWOT** constitui uma ferramenta de gestão bastante eficaz, baseada numa matriz que visa fazer uma avaliação de cenários tendo em conta duas perspectivas:

- o estado da situação actual, conhecido e sob controlo da gestão (logo dependente de factores internos), sintetizado nas variáveis “Forças” (pontos fortes) e “Fraquezas” (pontos fracos) desse mesmo projecto;
- a antevisão de uma situação hipotética futura, dependente de factores externos, que pretende antecipar as “Oportunidades” (possibilidades ainda não exploradas de crescimento da organização ou do sucesso do projecto) e as “Ameaças” (factores que, a ocorrerem, põe em causa a organização e o projecto).

De acordo com o domínio de trabalho de cada participante, constituíram-se os Grupos de Trabalho, cada um com cerca de 10 a 15 elementos, entre os quais se distinguiram um Facilitador e um Relator. Estes, ficaram responsáveis por promover e moderar o debate, e por registar e resumir todos os comentários e sugestões, respectivamente.

Por último, o Relator de cada Grupo de Trabalho apresentou, em plenário, as propostas dos diferentes Grupos.

Em cada Grupo de Trabalho foram elaborados 4 exercícios com uma duração total de cerca 2 horas:

1 - Criação da Visão (30 minutos)

De acordo com a metodologia proposta, o primeiro exercício teve a duração de 30 minutos, e começou com a definição, em grupo, de expressões ou palavras-chave, como ponto de partida para a determinação de uma Visão para o Espaço Marítimo.

2 - Definição da Missão (30 minutos)

À semelhança do exercício anterior, definiram-se expressões ou palavras-chave e depois a Missão para o POEM.

3 - Construção da Matriz SWOT (40 minutos)

No terceiro exercício foram identificadas as oportunidades, ameaças, pontos fracos e pontos fortes, que constituem a Matriz SWOT.

4 - Aferição da Visão e Missão propostas (15 minutos)

Finalmente, a Visão e Missão inicialmente propostas foram novamente analisadas e aferidas.

A.1.3 - WORKSHOPS

A.1.3.1 - *Workshop* “Transportes Marítimos e Defesa Nacional”

No âmbito das temáticas deste *workshop* foram apresentadas as seguintes comunicações de enquadramento:

- Infraestruturas Portuárias
- Transportes Marítimos
- Controlo do Tráfego Marítimo
- O papel da Marinha nos Espaços Marítimos nacionais
- Contributos da Marinha no âmbito da Segurança Marítima

Transportes Marítimos e Portos

Visão

A médio prazo aproveitar as potencialidades da nossa costa e localização geográfica de Portugal, para o desenvolvimento sustentável do país, reforçando a utilização do recurso Mar:

- com actividade portuária competitiva e eficiente integrada na cadeia logística;
- capaz de garantir todo o tipo de serviços;
- com um espaço marítimo seguro;
- com uma Marinha de Comércio com maior participação no transporte marítimo português.

Missão

- Criar condições para o desenvolvimento e maior internacionalização do nosso transporte marítimo.
- Criar uma “reserva portuária nacional”.
- Melhorar e actualizar a formação para o Mar.
- Compatibilizar os vários usos do Mar.
- Encontrar um modelo de governabilidade, eficaz e eficiente, para os usos e actividades do Espaço Marítimo.

Matriz SWOT

Pontos fortes

- Localização geográfica
- Centralidade Euro-Atlântica
- Acessibilidades marítimas naturais
- Capacidade de adaptação dos Portugueses
- Capacidade disponível e de expansão em alguns portos

Pontos fracos

- Falta de massa crítica
- Falta de cooperação e capacidade de associação
- Falta de *harbour master* civil
- Falta de apoios estatais como têm os outros Estados-membros
- Modelo de gestão dos portos
- Modelo de tutela
- Obrigatoriedade de serviço público
- Deficiente rede ferroviária nacional
- Falta de estratégia

Oportunidades

- Espaço e mercados ibéricos
- Tráfegos atlânticos
- Integração nas Auto-Estradas do Mar
- *Transshipment*
- Aumento da dimensão dos navios
- Desenvolvimento da logística
- Restrição crescente ao transporte rodoviário
- Política Europeia de Transportes e Ambiente

Ameaças

- Excedente de capacidade dos portos espanhóis
- Transferências dos centros de decisão logísticos para Espanha
- Desenvolvimento dos portos do Norte de África
- Concentração das plataformas logísticas em Valência e Barcelona
- Atraso na decisão política
- Alguma indefinição da Política Europeia de Transportes

Segurança Marítima

Visão

Espaço marinho que assegure a compatibilização dos diferentes usos, assente num conhecimento que permita a preservação dos Recursos Marinhos em observância dos princípios da soberania nacional.

Missão

Assegurar a adequada articulação e coordenação das políticas e instrumentos que concorrem para a segurança no espaço marítimo como garantia/premissa do desenvolvimento sustentável de todas as actividades e valores marítimos que se desenvolvem nesse espaço.

Matriz SWOT

Pontos fortes

- Localização geográfica
- Existência de uma cultura de segurança
- Existência de meios que garantam o conhecimento e controlo da situação em termos de segurança marítima
- Capacidade de monitorização e Controlo do tráfego marítimo
- *Know-how* no domínio da segurança
- Enquadramento legal bem sedimentado
- Existência de outros Instrumentos com incidência no Espaço Marítimo
- Envolvimento empenhado de diferentes entidades

Pontos fracos

- Insuficiência de meios humanos, financeiros, tecnológicos
- Conflito de interesses
- Reduzido número de portos de refúgio
- Fraca cultura de segurança por parte dos cidadãos
- Vulnerabilidade às condições Tempo e Mar
- Deficiente articulação entre Entidades

Oportunidades

- Maior atractividade para a utilização do espaço marítimo e zona costeira
- Emergência de actividades
- Aprofundar o conhecimento
- Maior articulação entre entidades
- Novas responsabilidades
- Melhoria no conhecimento
- Existência de outros instrumentos com incidência no espaço marítimo

Ameaças

- Usos indevidos
- Actividades ilícitas
- Alterações climáticas
- Acidentes e poluição

A.1.3.2 - *Workshop* “Ambiente e Energia”

No âmbito das temáticas deste *workshop* foram apresentadas as seguintes comunicações de enquadramento:

- Conservação da Natureza e Biodiversidade Marinhas
- O Potencial Eólico na Costa Portuguesa
- Recurso energético das ondas marítimas em Portugal Continental
- Potencial em agregados marinhos na plataforma continental
- Impacte Ambiental da Actividade Marítima de Pesquisa e Produção de Hidrocarbonetos
- Investigação no Mar

Conservação da Natureza e Biodiversidade Marinhas

Visão

Ambiente marinho preservado, recuperado, ecologicamente equilibrado e produtivo.

Missão

Implementar uma abordagem ecossistémica baseada no conhecimento científico que permita concretizar objectivos de conservação e gestão, através de um modelo de governação participativo, adaptativo e intersectorial.

Matriz SWOT

Pontos fortes

- Espaço marinho extenso
- Riqueza de recursos

Pontos fracos

- Vulnerabilidade dos habitats
- Mecanismos de gestão obsoletos

- Comunidade científica forte na área do mar
- Identidade cultural (tanto a nível nacional como internacional) “com o mar”
- Amenidade do clima
- Situação geoestratégica
- Diversidade de habitats

- Falta de visibilidade do mar na sociedade e no sistema político
- Sobreposição de competências
- Falta de meios e de conhecimento para apoiar a decisão
- Falta de um mecanismo de articulação
- Problemas de fiscalização do espaço marinho
- Insuficiência de infraestruturas e programas de investigação

Oportunidades

- Recursos abundantes e variados
- Estratégia Nacional para o Mar e Estratégia Nacional de Gestão Integrada de Zonas Costeiras
- Aproveitar o QREN
- Implementação da Rede Natura 2000 no meio marinho, da DQA, Directiva Quadro “Estratégia Marinha”

Ameaças

- Tráfego marítimo
- Alterações climáticas
- Sobre-exploração dos recursos
- Poluição
- Mau ordenamento territorial que se reflecte no espaço marinho
- Desconhecimento dos impactos de algumas actividades

Energias Renováveis

Visão

Energia marinha sustentável, um factor para a afirmação marítima nacional.

Missão

Compatibilizar, hierarquizar e regulamentar as diferentes utilizações do mar para orientar o aproveitamento sustentável dos seus recursos energéticos.

Matriz SWOT

Pontos fortes

- Existência de recursos energéticos inesgotáveis adequados
- Grande extensão do espaço marítimo
- Densidade energética para energia das ondas
- Menor variabilidade e maior previsibilidade para a energia das ondas
- Linha de transporte de energia junto à costa
- 80% do consumo eléctrico numa faixa de 50 km junto à costa
- Existência de enquadramento legal para a

Pontos fracos

- Risco da exploração da energia das ondas
- Exige grande quantidade de capital intensivo
- Impacto da ligação dos sistemas à rede e à costa
- Ausência de experiência nacional de projecto, construção e exploração de estruturas *offshore*
- Falta de conhecimento a nível mundial
- Tecnologias emergentes
- Alguns impactos no mar ainda desconhecidos

<ul style="list-style-type: none"> energia das ondas - Características naturais da plataforma costeira - Características infraestruturais da costa - Tecido empresarial interessado - Capacidade de I&D significativa - Capacidade elevada de atracção de capitais estrangeiros 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de regulamentação e de tarifário na área da energia eólica <i>offshore</i>
<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação de um <i>cluster</i> tecnológico nacional de energia do mar - Potencial desenvolvimento económico com forte potencial de exportação e de criação de emprego - Reactivação do tecido industrial marítimo e dos serviços marítimos e portuários - Substituição das energias fósseis - Desenvolver os laços entre empresas e instituições de I&D 	<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> - Viabilidade económica dos projectos/tecnologias - Impactos ambientais superiores ao esperado - Concorrência internacional, nomeadamente Ibérica - Risco tecnológico - Falta de um <i>guichet</i> único - Ausência de um enquadramento legal para a energia eólica <i>offshore</i>

Recursos Geológicos

Visão

Espaço Marítimo enquanto recurso, suporte de uma diversidade de actividades coordenadas numa óptica sustentada, permitindo o desenvolvimento socioeconómico, assente no Conhecimento.

Missão

Organizar e promover o conhecimento dos recursos e das actividades para a sua coordenação adaptativa e flexível, criando um quadro regulamentar apropriado.

Matriz SWOT

Pontos fortes

- Extensa área
- Estabilidade política
- Existência de dados e estudos relevantes
- Potencial de recursos na ZEE
- Grande procura de recursos e investimento económico rentável
- Regulamentação e fiscalidade competitiva do sector petrolífero

Pontos fracos

- Dados ainda insuficientes
- Insuficiência de mecanismos de troca e de partilha de dados e informação
- Decisões institucionais não atempadas
- Insuficiente financiamento para concretizar estudos I &D
- Percepção deficiente do risco ambiental
- Ausência de uma abordagem integrada e de articulação de usos

- Existência de tecnologia avançada e eficaz

Oportunidades

- Descoberta de novos recursos
- Melhoria do conhecimento
- Criação de um projecto de formação e informação da população
- Redução da dependência de importação de recursos
- Desenvolvimento de Novas Tecnologias adaptadas à realidade nacional
- Desenvolvimento socioeconómico

Ameaças

- Conflitos de interesses
- Concorrência de países com menor risco geológico
- Fiscalização deficiente
- Risco Ambiental

Investigação do Mar

Visão

Atingir o conhecimento integrado e actualizado dos sistemas naturais e da sua relação com as actividades humanas numa perspectiva de desenvolvimento sustentável do oceano.

Operacionalizar uma estratégia de conhecimento apoiada na investigação e monitorização com objectivos, meios e incentivos a médio e longo prazo para o espaço marítimo.

Missão

Aprofundar, criar e permitir o desenvolvimento de novas oportunidades de investigação e monitorização marítima através do reforço e estabilidade de mecanismos e meios, assim como da dinamização das instituições adequadas.

Matriz SWOT

Pontos fortes

- Parte activa nos diversos fóruns e instituições nacionais e internacionais
- Comunidade científica muito activa e dinâmica
- Permite organizar a informação dispersa sobre o mar
- Posição geoestratégica de Portugal para a investigação

Pontos fracos

- Atitude de “*stop and go*”
- Desarticulação entre instituições
- Carência de meios de vária ordem nomeadamente financeiros
- Estado actual e parcela do PIB que é destinada à investigação

Oportunidades

- Novas formas de comunicação e coordenação entre as partes interessadas
- Mecanismos de coordenação

Ameaças

- Ter uma visão das ciências exactas por oposição às ciências humanas/sociais
- Aspectos institucionais

- | | |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none">- Consolidação de novos mecanismos- Aproveitar a investigação para relançar as actividades económicas que estão em declínio e potenciar novas actividades e recursos marinhos- Oportunidade para o aparecimento de uma massa crítica com elevado nível de interesse e conhecimento | <ul style="list-style-type: none">- Não continuidade de algumas instituições que poderiam levar por diante um trabalho muito positivo sobre o mar |
|--|---|

A.1.3.3 - *Workshop* “Pesca, Turismo e outros Usos das Zonas Costeiras”

No âmbito das temáticas deste *workshop* foram apresentadas as seguintes comunicações de enquadramento:

- A Pesca no Espaço Marítimo Português
- As Marinas e o efeito multiplicador na Indústria do Turismo
- A prática da Vela em Portugal: potencialidades e constrangimentos
- Planeamento espacial do meio marinho: conservação da biodiversidade
- As praias no Espaço Marítimo

Pescas e Aquicultura

Visão

Um espaço marítimo de referência, onde, a médio prazo conseguiremos, um aproveitamento sustentado e equilibrado dos recursos, sem comprometer as actividades presentemente desenvolvidas, criando condições para o desenvolvimento de novas actividades e com a participação das partes interessadas.

Missão

Deve ser um plano exequível e prático, contribuir para melhorar a informação científica disponível, contribuir para facilitar procedimentos administrativas e definir critérios que permitam evitar conflitos entre actividades, promover a formação das pessoas envolvidas nessas actividades e promover a interligação com as comunidades locais.

Matriz SWOT

Pontos fortes

- Indústria transformadora de ponta
- Alargamento do potencial aquícola
- Conhecimento e saber fazer (conhecimento português no sector)

Pontos fracos

- Impacto visual e ambiental das aquiculturas
- Dificuldades de licenciamento de aquiculturas e indústrias
- Insuficiente organização sectorial

- Procura de pescado de qualidade
- Área marítima disponível
- Aquicultura como complemento à pesca para fornecimento da indústria e fonte de emprego
- Relação entre a pesca e o turismo
- Aproveitamento de espécies actualmente subaproveitadas para o desenvolvimento de novos produtos e nichos de mercado
- Espécies pelágicas em quantidade e qualidade que permitem uma boa integração da produção/ indústria
- Existência de laboratórios especializados e outras instituições de investigação que permitem o aproveitamento biológico e químico de produtos do mar
- Existência de infraestruturas científicas e portuárias de apoio às actividades do mar

- Dificuldades burocráticas no aproveitamento dos fundos comunitários na aquicultura
- Deficit de formação
- Falta de atractividade para os jovens
- Falta de formação especializada dentro das empresas (aquiculturas e embarcações)
- Dificuldade de recrutamento de mão-de-obra
- Produção aquícola limitada a um pequeno nº de espécies
- Reduzido envolvimento das OP na comercialização dos produtos da pesca
- Falta de um circuito de comercialização/ aproveitamento do pescado sem condições de comercialização para consumo humano
- Pouco conhecimento sobre as espécies produzidas em aquicultura

Oportunidades

- Mercado deficitário (não pescamos o que consumimos)
- Aumento da procura do pescado como alimentação saudável
- Disponibilidade de emprego e falta de recursos humanos na pesca
- Capacidade instalada e com boas condições técnicas de transformação de pescado na indústria
- Procura de produtos de qualidade e certificados
- Aposta na informação ao consumidor
- Mercado para a pesca sustentável (*eco-labeling*)
- Sustentabilidade das frotas de pesca: menos embarcações mas com melhores capacidades de pesca
- População em geral com grande ligação ao mar e gosto pelas actividades marítimas
- Procura de produtos da pesca, nomeadamente pré-confeccionados
- Grande potencial de alargamento da produção aquícola
- Aplicação das novas tecnologias
- Sinergias intersectoriais entre produção de energia eólica e aquicultura

Ameaças

- Importação de produtos oriundos de mercados sem regras
- Escassez e alto custo de matéria-prima (para a indústria)
- Preponderância da grande distribuição no mercado grossista do pescado fresco: concentração da oferta nas grandes superfícies em prejuízo do comércio tradicional
- Falta de soluções para o aumento das rejeições/ devoluções
- Envelhecimento dos recursos humanos da pesca
- Mau ordenamento na instalação futura de cabos submarinos inerentes à produção de energias renováveis
- Envelhecimento da frota de pesca
- Impacto das alterações climáticas e da poluição no estado dos recursos
- Aumento dos custos de combustíveis
- Venda de pescado fora dos mercados legais e falta de controlo adequado
- Proximidade dos corredores de tráfego marítimo junto à costa
- Falta de controlo de descargas de materiais perigosos no mar

Turismo nas Zonas Costeiras

Visão

POEM - Mar de oportunidades

Mar de excelência

Mar desígnio Nacional

Turismo - Ordenamento do Espaço Marítimo que permita:

- sustentabilidade;
- preservação da diversidade de valores naturais e culturais;
- abertura e acesso a todos (indivíduos, entidades, actividades);
- crescimento progressivo;
- sinergia de actividades;
- competitividade do sector;
- preservação da qualidade.

Turismo náutico como catalisador/motor de um cluster de actividades de alto valor acrescentado - dinamizador da economia nacional.

Missão

- Identificar oportunidades e conflitos.
- Definir estratégias e prioridades.
- Potenciar activos tangíveis e intangíveis.
- Optimizar recursos e potenciar actividades.

Matriz SWOT

Pontos fortes

- Localização geográfica
- Condições naturais (clima)
- Segurança
- Qualidade no acolhimento
- Diversidade de habitats/potenciais actividades

Pontos fracos

- Burocracia/legislação excessiva
- Falta de infraestruturas em terra
- Falta de promoção de Portugal como destino de turismo náutico
- Baixa participação do mercado interno
- Sazonalidade
- Fraca qualificação profissional em alguns sectores

	- Desordenamento costeiro
<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> - Diminuição da sazonalidade - Diversificação para outras actividades como turismo ecológico, científico, educacional - Aumento da procura de turismo náutico (por turistas estrangeiros) - Grande potencial de desenvolvimento de actividades tradicionais (como a vela) 	<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> - Degradação ambiental e patrimonial decorrente do turismo de massas - Poluição - Exposição a riscos de desastres ambientais - Concorrência internacional - Crise económica

Desportos Náuticos

Visão

Garantir a adequada articulação e coordenação das políticas sectoriais e dos instrumentos que promovam o desporto náutico, numa óptica sustentada e integrada e assente numa regulamentação clara e facilitadora.

Missão

O Espaço Marítimo é uma área de prática desportiva, com acessibilidades e infraestruturas de apoio, ordenado e seguro.

Matriz SWOT

<p>Pontos fortes</p> <ul style="list-style-type: none"> - Condições meteorológicas favoráveis - Situação geográfica - Praias de qualidade - Diversidade de zonas costeiras - Extensão do espaço marítimo - Disponibilidade de um recurso natural de excelência 	<p>Pontos fracos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fraca expressão do Associativismo ligado ao desporto náutico - Falta de apoios financeiros e logísticos - Falta de infraestruturas e pontos de apoio - Défice de quadros técnicos qualificados - Falta de oferta desportiva
<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identificar novas fontes de financiamento para suporte de actividades ligadas aos desportos náuticos - Envolvimento concertado das diferentes entidades com competências próprias - Diversificação da cultura desportiva - Criação de uma nova cultura ambiental associada ao desporto náutico - Reforço do peso económico assente em bens 	<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> - Falta de cultura desportiva - Grande diversidade de entidades com competências directas e indirectas - Peso relativo baixo dos desportos náuticos face a outras actividades mais atractivas do ponto de vista do desenvolvimento económico - Falta de vontade política para agilizar a máquina burocrática

- | | |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none">e serviços associado ao desporto náutico- Abrir novas oportunidades para a prática de desportos náuticos- Possibilidade de desenvolvimento de <i>clusters</i> de actividades- Ordenamento e regulamentação do espaço marítimo | <ul style="list-style-type: none">- POOC- Grande diversidade de entidades com competências no espaço marítimo- Disparidade de regras a aplicar no espaço marítimo |
|--|---|

A.1.3.4 - *Workshop* “Pescas e Aquicultura, Actividades Marítimo Turísticas, Ciências e Tecnologias Marinhas” - Açores

No âmbito das temáticas deste *workshop* foram apresentadas as seguintes comunicações de enquadramento:

- A Pesca no Espaço Marítimo Português
- O Sector das Pescas nos Açores
- O Sector das Pescas da RAM
- Aquicultura nos Açores
- Estratégia para o Desenvolvimento da Aquicultura na Madeira
- Maricultura: interações com o ambiente e outras actividades marítimas
- Turismo marinho
- Observação de cetáceos
- Pesca turística
- Biotecnologias e Tecnologias para Estudo e Exploração do Mar Profundo – Açores
- Instrumentação Marinha
- Prospecção e exploração dos recursos minerais

Pescas e Aquicultura - Açores

Visão

Exploração sustentável dos recursos, promotora de riqueza e de bem-estar social, que permita a manutenção das actividades tradicionais e a integração de novas actividades, bem como o reconhecimento do mar como prioridade nacional.

Missão

Adequar a exploração aos recursos existentes através de:

- consciencialização/ formação/ sensibilização/ gestão/ educação;
- regulamentação/ governação;
- aumento do conhecimento com benefícios duradouros;
- simplificação processual;
- gestão sustentável dos recursos marinhos;
- definição de estratégias adaptativas de planos de ordenamento de longo prazo;
- rigor nos mecanismos de gestão e de implementação;
- promoção da inovação e conhecimento científico;
- potenciar o aumento de competitividade;
- integrar princípios de auto-responsabilização;
- promoção da comunicação entre sectores e agentes intervenientes.

Matriz SWOT

Pontos fortes

- Diversidade de espécies
- Qualidade das águas
- Artes de pesca selectivas
- Proibição de arrasto
- Espécies únicas
- Valorização dos preços
- Passagem de espécies de elevado valor económico nas águas dos Açores
- Qualidade dos produtos
- Imagem dos Açores no exterior
- Isolamento geográfico
- Existência de mão-de-obra jovem disponível para a pesca
- Estrutura associativa organizada
- Grande conhecimento científico

Pontos fracos

- Baixo rendimento
- Baixos preços praticados na produção
- Reduzido número de espécies exploradas
- Ausência de plataforma continental
- Isolamento geográfico
- Baixa produtividade das águas
- Falta de estabilidade de rendimentos
- Dificuldade na implementação de Áreas Protegidas Marinhas
- Dificuldade na fiscalização
- Vulnerabilidade ambiental
- Disponibilidade dos recursos

Oportunidades

- Disponibilidade de Fundos Financeiros
- Mercados ávidos de produtos regionais e de qualidade

Ameaças

- Frotas não regionais
- Possibilidade de sobrepesca

- | | |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> - Certificação - Formação profissional e especializada - Qualificação das infraestruturas de apoio - Existência de zonas de Rede Natura 2000 na parte marinha - Margem de progressão de aquicultura - Melhoria tendencial dos transportes | <ul style="list-style-type: none"> - Atribuição de subsídios que ponham em causa a sustentabilidade dos recursos - Falta de sentido de propriedade - Actual modelo de gestão - Política Comum das Pescas (regime de acesso) - Falta de competitividade no circuito comercial - Alterações climáticas - Aumento da poluição - Artes perdidas |
|--|--|

Actividades Marítimo-Turísticas - Açores

Visão

A utilização sustentada dos recursos existentes em paralelo a um desenvolvimento adequado das actividades marítimo-turísticas permitirá posicionar os Açores no Mapa Mundial dos destinos turísticos de excelência ao nível do Turismo de Natureza.

Utilização racional do espaço marítimo baseada na sustentabilidade e na coesão social e económica.

Missão

- Educação e sensibilização de todos os agentes intervenientes no processo para a aplicação correcta do conceito de sustentabilidade.
- Fiscalização e monitorização para que as actividades sejam exercidas sem conflitos.
- Criação de zonas de reserva que não permitam a actividade extractiva e que preservem os ecossistemas e a biodiversidade do mar.
- Transparência, simplificação e racionalização da legislação e licenciamento que regula as actividades do sector.
- Promoção da interacção entre a administração, operadores e investigadores científicos.

Matriz SWOT

Pontos fortes

- Grande rentabilidade das actividades marítimo-turísticas com impacto reduzido no ecossistema
- Forte envolvimento da sociedade nas actividades
- Actividades com grande potencial para sensibilizar atitudes de conservação e preservação do ecossistema

Pontos fracos

- Falta e falha de fiscalização e monitorização
- Falta de formação e sensibilidade dos operadores
- Conflito com outras actividades (ex: artes de pesca junto à costa prejudica a

- Potencial contributo para o desenvolvimento de outras actividades económicas (ex: equipamentos e serviços)
- A atractividade dos recursos utilizados

Whale-watching

- Legislação e regulamentação criadas a tempo de permitir o desenvolvimento sustentável da actividade

- actividade de mergulho)
- Falta de associativismo

Oportunidades

- Beleza natural, grande diversidade dos ecossistemas e riqueza cultural como contributos para a valorização e qualidade das actividades
- Previsão do desenvolvimento do Ecoturismo
- Possibilidade de diversificação das actividades (ex: *bird-watching*)

Ameaças

- Burocracia e desarticulação das entidades responsáveis pelo licenciamento
- Potencial degradação dos recursos dos quais dependem estas actividades

Ciências e Tecnologias Marinhas - Açores

Visão

As ciências e tecnologias marinhas serão a base do aumento do conhecimento integrado, inovação e competitividade internacional na perspectiva do desenvolvimento sustentável baseado no conhecimento científico de excelência.

Missão

Estabelecer um quadro de conhecimento científico, interdisciplinar, orientador das políticas sectoriais que garantam o desenvolvimento sustentável.

Matriz SWOT

Pontos fortes

- Extensão da área marinha sob jurisdição portuguesa
- Posição geográfica das ilhas da Madeira e dos Açores
- Tecnologias existentes
- Inter-colaborações internacionais
- Capital humano
- Nova visibilidade das questões do mar
- Geodiversidade, localização geográfica e diversidade de ambientes
- Dados VMS

Pontos fracos

- Falta de transparência e partilha de informação
- Insuficientes meios operacionais
- Falta de investimento (público e privado)
- Custos elevados das ciências e tecnologias marinhas
- Falta de recursos humanos
- Falta de articulação entre instituições
- Falta da sensibilização da tutela

Oportunidades

- Rede de observatórios
- Alterações climáticas
- Aquisição de conhecimento/explorar o desconhecido
- Novas fronteiras do conhecimento
- Desenvolvimento científico e tecnológico
- Transferência/partilha de conhecimento
- Inter-colaboração entre instituições
- Rapidez na aquisição de conhecimento científico
- Energias renováveis
- Colaborações e diálogo interinstitucional
- Investimento privado na investigação
- Extensão da plataforma continental
- Desenvolver o capital humano existente
- Documentos integradores da política marítima europeia (ex: ICES, OSPAR, CBD, 7.º Programa Quadro, ...)
- Estratégia nacional para o mar
- Agilização dos processos de tomada de decisão
- Exploração dos recursos
- Recursos minerais: clarificar o que é exploração e prospecção

Ameaças

- Tráfego marítimo
- Desconhecimento
- Exploração dos recursos de forma não sustentada e não baseada no conhecimento científico
- Conflitos de interesse
- Grupos de pressão
- Alterações climáticas
- Interesses económicos
- Plano demasiado flexível ou demasiado restritivo
- Largas áreas de protecção marinha sem critérios diferenciados de gestão
- Falta de articulação entre instituições
- Legislação pouco adequada neste domínio
- Falta de regulamentação europeia e nacional (ex: bioprospecção)
- Falta de mecanismos jurídicos no âmbito da propriedade intelectual, dos recursos/ exploração

A.1.4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Está subjacente à realização dos *workshops* temáticos realizados no âmbito da 1ª Fase de elaboração do POEM a aplicação efectiva do Princípio da Participação activa, assim como, o Princípio da Transparência.

A participação activa implica um envolvimento efectivo desde a fase inicial dos Planos e/ou Estratégias no sentido de criar formas diversificadas de envolvimento dos diferentes *stakeholders* para além da participação formal institucional. Este objectivo atinge-se, quer através da realização dos *workshops* ao longo das diferentes fases de elaboração do Plano, quer ainda através da Plataforma do Plano criada, e ainda pelo envolvimento institucional da equipa Multidisciplinar.

A transparência no processo de planeamento atinge-se complementando a participação dos diferentes actores e público em geral, em momentos distintos ao longo da realização do Plano, ao disponibilizar os resultados relevantes, quer dos *workshops* no Fórum (Plataforma

do Plano), quer ainda nas diversas sessões de esclarecimento realizadas em diversas regiões do país.

Por último, importa referir a importância dos *workshops* neste processo de envolvimento efectivo dos diferentes actores intervenientes na utilização do Espaço Marítimo que, pela primeira vez, dialogaram em torno de uma mesma mesa apresentando e debatendo os diversos interesses que possuem e/ou podem vir a possuir na utilização comum dos espaços marítimos nacionais.